

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 171/2021
Data: 03/11/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|--|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| PORTO 360° ABORDA IMPORTÂNCIA DO CAIS SANTISTA PARA RETOMADA ECONÔMICA | 4 |
| PORTO DE SANTOS RECEBE PRIMEIRO NAVIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS MSC | 4 |
| GREVE DOS CAMINHONEIROS: FERIADO REDUZ NÚMERO DE MANIFESTANTES NO PORTO DE SANTOS | 5 |
| GREVE DOS CAMINHONEIROS IMPEDE O ACESSO DE CARGAS AO PORTO DE SANTOS | 6 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 7 |
| GOVERNO DE SÃO PAULO LANÇA PUBLICAÇÃO EM EVENTO PARALELO À COP26 | 7 |
| AGROPECUÁRIA É PARTE DA SOLUÇÃO PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DIZ TEREZA CRISTINA NA ABERTURA DA COP26..... | 9 |
| MP SOBRE EXPLORAÇÃO DE FERROVIAS É PRORROGADA ATÉ FEVEREIRO | 11 |
| TRENS RESPONDEM POR 50% DA CARGA DE GRÃOS NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL | 11 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF | 12 |
| NOVO TERMINAL PORTUÁRIO FLUVIAL AUXILIA COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO RIO AMAZONAS | 12 |
| ISTOÉ - DINHEIRO | 13 |
| CAMINHONEIROS: ACESSO AO PORTO DE SANTOS SEGUE NORMAL..... | 13 |
| ALTA DE PREÇOS DE ENERGIA TIRARÁ R\$22,4 BI DO PIB DO PAÍS EM 2021 E 2022, DIZ CNI | 13 |
| COM BAIXA ADESÃO À GREVE, ASSOCIAÇÃO DE CAMINHONEIROS DERRUBA LIMINAR..... | 14 |
| BRASIL TEM MENOR SUPERÁVIT COMERCIAL PARA OUTUBRO DESDE 2015, A US\$2 BI | 15 |
| MONEYTIMES | 16 |
| GOVERNO QUER VOTAR PEC DOS PRECATÓRIOS NESTA 4ª-FEIRA, MAS QUÓRUM NÃO ESTÁ GARANTIDO..... | 16 |
| VALE DEPOSITA R\$ 4,4 BI EM JUÍZO PARA TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR DESASTRE DE BRUMADINHO..... | 17 |
| BRASIL NÃO QUER SUBSIDIAR COMBUSTÍVEIS, DIZ BENTO ALBUQUERQUE | 17 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 18 |
| SHELL REGISTRA MAIS 1 GW DE PROJETOS SOLARES NO BRASIL | 18 |
| BRASIL PODE CONTRATAR NOVAS USINAS NUCLEARES EM LEILÕES ATÉ MEADOS DA DÉCADA, DIZ BENTO ALBUQUERQUE ... | 20 |
| RESULTADOS ECONÔMICOS DE SÉPIA E ATAPU AINDA NÃO SÃO CONVINCENTES, DIZ WOOD MACKENZIE | 21 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 23 |
| PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS: ‘SE PERDERMOS OPORTUNIDADE, NÃO SABEMOS O QUE SERÁ POSSÍVEL MAIS À FRENTE’, DIZ MONTEZANO | 23 |
| PARA APROVAR PEC DOS PRECATÓRIOS, LIRA NEGOCIA PERDÃO A GOVERNADORES QUE NÃO GASTARAM MÍNIMO COM EDUCAÇÃO | 25 |
| BIOMETANO, ESPÉCIE DE GÁS NATURAL RENOVÁVEL, PODE AJUDAR BRASIL A CUMPRIR META DE EMISSÕES | 26 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 27 |
| POR QUE A GREVE DOS CAMINHONEIROS NÃO TEVE ADESÃO?..... | 27 |
| BRASIL TEM DE MOSTRAR QUE PROTEGE AMBIENTE PARA ATRAIR INVESTIMENTOS, DIZ EMBAIXADOR BRITÂNICO | 27 |
| CHUVA REDUZ ESCASSEZ HIDRELÉTRICA, MAS AÇÕES SERÃO MANTIDAS, DIZ MINISTRO..... | 29 |
| CADE MULTA RUMO EM R\$ 247 MILHÕES POR INVIABILIZAR ATUAÇÃO DE CONCORRENTE | 30 |
| PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS AFETA OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTOS | 30 |
| PRESIDENTE DO STF REVERTE DECISÃO QUE HAVIA LIBERADO PROTESTO DE CAMINHONEIROS NAS ESTRADAS | 31 |
| COSAN ASSINA ACORDO COM CHINESA PARA ADQUIRIR PORTO EM SÃO LUÍS | 32 |
| WEG VAI INVESTIR R\$ 178,2 MI PARA AMPLIAR FÁBRICA NO ESPÍRITO SANTO | 33 |
| TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: SUBSTITUIÇÃO DO PETRÓLEO É O DESAFIO PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES..... | 34 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 39 |
| VALE TEM MENOR PREÇO DO ANO E PETROBRAS ASSUME POSTO DE EMPRESA COM MAIOR VALOR DE MERCADO..... | 39 |
| COMMODITIES: GRÃOS ACOMPANHAM PETRÓLEO E RECUAM EM CHICAGO | 40 |
| ANA LIMITA GERAÇÃO DE USINAS PARA POUPAR ÁGUA | 42 |
| ACABOU A GLOBALIZAÇÃO “LOW COST”, DIZ PROFESSOR DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE LAUSANNE | 44 |
| MINÉRIO DE FERRO SOBE 4,52% NO PORTO CHINÊS E SAI A US\$ 100,10 A TONELADA | 45 |
| DOMMO: SENTENÇA EM ARBITRAGEM CONTRA PETRONAS BRASIL PODE SAIR ATÉ JANEIRO DE 2022 | 45 |
| PERSPECTIVAS POSITIVAS PARA SAFRA DE GRÃOS NO MATOPIBA | 46 |
| LUCRO DA MAERSK SOBE 487% NO 3º TRI COM FORTE ALTA NOS FRETES MARÍTIMOS | 48 |



| | |
|---|-----------|
| AGÊNCIA BRASIL - DF | 48 |
| LIMITAÇÕES NAS CADEIAS PRODUTIVAS DEVEM PERDURAR ATÉ 2022, DIZ BC | 48 |
| PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS ESTÁ MADURO, DIZ ADVOGADO-GERAL | 51 |
| PRESIDENTE DA FEBRABAN DEFENDE AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL | 51 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS | 52 |
| SÃO LUÍS SERÁ SEDE DO FÓRUM LATINO-AMERICANO DE CIDADES PORTUÁRIAS | 52 |
| CMA CGM VAI ADQUIRIR UM DOS MAIORES TERMINAIS PORTUÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS | 53 |
| ARTIGO - GARANTIAS PARA O DESCOMISSIONAMENTO: AS SOLUÇÕES PROPOSTAS PELA ANP E OS DESAFIOS PARA O MERCADO | 54 |
| A.P. MOLLER - MAERSK FORTALECE OFERTA GLOBAL DE FRETE AÉREO | 56 |
| WÄRTSILÄ E SIMON MØKSTER SHIPPING VÃO ESTUDAR A VIABILIDADE DAS OPERAÇÕES DE AMÔNIA E GNL BICOMBUSTÍVEL | 57 |
| NOVO PL PROPÕE EXTENSÃO DO REPORTO ATÉ 2030 | 57 |
| MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA | 58 |
| MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS | 58 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO 360° ABORDA IMPORTÂNCIA DO CAIS SANTISTA PARA RETOMADA ECONÔMICA

Programa do Grupo Tribuna vai ao ar nesta quarta-feira (3), às 19h45

Por: ATribuna.com.br



Importância do Porto é discutida em programa
Foto: Reprodução

A importância do Porto de Santos e de investimentos em infraestrutura no processo de retomada econômica é o tema do programa Porto 360° desta quarta-feira (3).

A participação será do economista Gesner Oliveira, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Porto 360° é transmitido nas redes sociais do Grupo Tribuna (no Facebook e no YouTube) às 19h45, com apresentação de Maxwell Rodrigues.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 03/11/2021

PORTO DE SANTOS RECEBE PRIMEIRO NAVIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS MSC

Preziosa atracou na manhã desta quarta-feira (3)

Por: ATribuna.com.br



O primeiro cruzeiro com o MSC Preziosa será realizado a partir de sexta-feira (5)
Foto: Luigi Bongiovanni/AT/Arquivo

O navio MSC Preziosa, que fará a abertura da temporada de cruzeiros no Porto de Santos na próxima sexta-feira (5), já está na região. A embarcação, que estava nas proximidades do Porto do Rio de Janeiro na terça (2), chegou no cais santista nesta manhã (3).

O MSC Preziosa iniciou viagem no último dia 20, no Porto de Marselha, na França. Isto aconteceu após a liberação dos cruzeiros pelo Governo Federal, no início do mês passado.

No Porto de Santos, até abril do ano que vem, seis navios farão escalas no Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais. São esperados 237 mil passageiros, que devem movimentar mais de R\$ 132 milhões na economia da região.

Além do Preziosa, passarão pelo Porto de Santos o MSC Seaside, o MSC Splendida e o MSC Sinfonia, em trânsito. Também estão previstos o Costa Fascinosa e o Costa Smeralda. Nesta temporada, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), todos os passageiros e tripulantes dos navios de cruzeiros deverão estar imunizados contra a covid-19 e serem testados antes do embarque.

Eles serão submetidos a testes diários. O uso de máscaras é obrigatório e deve-se manter 1,5 metro de distância dentro dos navios, que não poderão exceder 75% da capacidade.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 03/11/2021

GREVE DOS CAMINHONEIROS: FERIADO REDUZ NÚMERO DE MANIFESTANTES NO PORTO DE SANTOS

Categoria está concentrada na região da Alemoa, na Margem Direita do cais santista

Por: *Rosana Rife*



Um grupo de caminhoneiros permanece na Alemoa durante o feriado de Finados Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O feriado de Finados fez a concentração de caminhoneiros autônomos na região da Alemoa ser menor na manhã desta terça-feira (2), no segundo dia de greve nacional da categoria. Os efetivos da Polícia Militar e da Guarda Portuária também estão reduzidos no local, que é o principal acesso à Margem Direita do cais santista.

Vale lembrar que está em vigor uma decisão da Justiça Federal de Santos, a pedido da Autoridade Portuária de Santos (APS), proibindo bloqueios dos acessos portuários. Do contrário, caminhoneiros estarão sujeitos a multa diária de R\$ 10 mil. Para empresas que promoverem esta prática, a penalidade pode chegar a R\$ 100 mil.

Uma outra decisão, da 1ª Vara Cível de Santos, também proíbe bloqueios decorrentes da greve. Foi um pedido da Ecovias, válido para as rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI) e suas vias de acesso.

As medidas impedem, inclusive, a categoria de se manifestar. Alguns motoristas aplaudiram um caminhão que passava e, na sequência, foram repreendidos pelos policiais.

Em uma rápida reunião, o diretor do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Romero Costa, orientou os profissionais a evitarem situações que pudessem soar como provocação para os militares.

"A gente está orientando o pessoal para que não grite e não brigue com caminhoneiro de transportadora que está trabalhando. Queremos uma paralisação pacífica. A gente só quer que alguém de Brasília atenda as nossas reivindicações".

Queixas

O sindicato ainda tenta medidas judiciais que possam derrubar as liminares. Enquanto isso, a categoria segue em um cercadinho, no acostamento da via e delimitado desde segunda-feira (1º) pela PM. "A gente não pode nem levantar a mão. Se fizer, terá que pagar R\$ 10 mil. Não ganho para isso", diz o caminhoneiro José Santana, de 65 anos.

Ele avisa que a categoria vai permanecer de braços cruzados. "Não vamos sair daqui. A adesão vai aumentar a partir de amanhã (quarta-feira). Na sexta-feira (5), já tem um aumento do diesel. Isso afeta todo mundo, porque sobe preço de tudo. Ninguém aguenta. Não é só a gente".

Reivindicações

O objetivo dos caminhoneiros é chamar a atenção do Governo Federal, que já recebeu uma série de reivindicações dos profissionais. Entre elas, cumprimento do piso mínimo do frete rodoviário,

aposentadoria especial a partir de 25 anos de carreira e o fim da política de preço de paridade de importação da Petrobras para combustíveis.

"A gente trabalha e ganha em real, mas paga combustível em dólar. Não vivo nos Estados Unidos", queixa-se o caminhoneiro Cláudio Massud, de 51 anos e que tem mais de duas décadas de estrada.

Segundo Cláudio, o ganho está tão defasado que não é possível sequer consertar o veículo que possui. "Tenho dois caminhões e um deles, o mais novo, eu bati no ano passado. Não consigo levá-lo para o conserto e ele está jogado no quintal de casa. Paguei R\$ 110 mil, financiado, mas agora trabalho com o mais velho. Essa é a situação do caminhoneiro".

Movimentação

De acordo com a APS, o acesso ao Porto de Santos flui normalmente na manhã desta terça-feira. Não há retenção ao tráfego nem concentração de caminhões parados. Cerca de 80% dos navios atracados (43) operavam sem qualquer restrição por volta das 10 horas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/11/2021

GREVE DOS CAMINHONEIROS IMPEDE O ACESSO DE CARGAS AO PORTO DE SANTOS

Nos terminais de contêineres, as entradas e saídas de mercadorias foram prejudicadas, mas os embarques foram realizados

Por: Fernanda Balbino



Objetivo da categoria é chamar a atenção do Governo Federal Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Com os caminhoneiros do Porto de Santos de braços cruzados, seguindo o movimento nacional da categoria, não houve entradas e saídas de cargas nos terminais de contêineres durante todo o dia, nesta segunda-feira (1º). Agora, a preocupação é com a continuidade da greve, uma vez que as instalações portuárias estão embarcando apenas as mercadorias que já estavam armazenadas nos pátios, e a paralisação seguirá pelos próximos dias. O temor é de que a questão acentue ainda mais a falta de caixas metálicas.

Após diversos avisos e sem terem reivindicações atendidas desde 2018, os caminhoneiros decidiram parar por tempo indeterminado. Eles pedem a redução do preço do óleo diesel, a mudança do cálculo de cobrança dos combustíveis, além da aposentadoria especial após 25 anos de trabalho e o pagamento de um valor mínimo para o frete. Todas essas questões foram endereçadas ao Governo Federal, que não ofereceu solução além de um auxílio de R\$ 400,00 para as despesas com o insumo.

Nesta segunda, os acessos ao Porto de Santos chegaram a ser bloqueados, mas houve dispersão após ação da polícia. Ainda pela manhã, os caminhoneiros mantiveram apenas a concentração na região da Alemoa, que é a única forma de chegar à Margem Direita do cais santista.

Conforme dados da Autoridade Portuária de Santos, cerca de 35 dos 43 navios atracados operaram sem restrições. "O restante tem sido afetado em maior ou menor grau em razão da cautela por parte de transportadoras e embarcadores no acesso ao Porto diante do temor de represálias".

Segundo o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Luciano Santos de Carvalho, o movimento será mantido nesta terça (2). “Vamos ficar até a negociação com o governo. O caminhoneiro está parando agora porque não consegue trabalhar mais. Se não puder reivindicar os direitos, não vai ter como trabalhar depois”.

De acordo com o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, esta é a preocupação. O motivo é a crise logística global, causada pela pandemia de covid19, que reduziu a oferta de caixas metálicas no mercado.

“Como estamos enfrentando um desbalanceamento de equipamentos na hipótese dos contêineres vazios não puderem ser retirados ou devolvidos, já que ainda necessitam de inspeção para liberação para embarque, a tendência é desestabilizar toda a cadeia logística dos armadores e agentes que tentarão equacionar o problema da melhor forma possível”, afirmou o executivo do Sindamar.

Terminais

Com a paralisação dos caminhoneiros, os terminais de contêineres do Porto de Santos registraram movimento fraco durante todo o dia. No entanto, isso não impediu o embarque e o desembarque das cargas, já que a maioria das atracações de navios não sofreu prejuízo.

Em nota, a Santos Brasil, responsável pela operação do Tecon, na Margem Esquerda (Guarujá), informou que as operações de carga e descarga aconteceram normalmente. Porém, apontou um movimento de entrada e de saída de caminhões abaixo do normal, nesta segunda.

O mesmo aconteceu na DP World Santos, que fica na Área Continental. A empresa apontou que o movimento foi mais fraco. Porém, não houve incidentes. A instalação portuária privada destaca que “está monitorando a manifestação dos motoristas de caminhões na região e não registra impactos no fluxo de suas atividades até o momento. O terminal espera que haja um rápido entendimento entre as partes de modo a prosseguir com a retomada econômica”.

Por outro lado, a Brasil Terminal Portuário (BTP), que fica na Almoa, nas proximidades do local de concentração dos caminhoneiros, apontou que “suas operações estão ocorrendo dentro da normalidade”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/11/2021



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

GOVERNO DE SÃO PAULO LANÇA PUBLICAÇÃO EM EVENTO PARALELO À COP26

Informação: CETESB (3 de novembro de 2021)



A edição “Acordo Ambiental São Paulo – 56 cases de Sucesso” – coordenada pela CETESB, foi apresentada na cidade Glasgow, em 01/11, com a presença do Governador João Dória.

O livro lançado hoje, 01/11, pelo Governo do Estado de São Paulo, em evento paralelo à COP 26 – Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, é



resultado de uma ação que só foi possível com o apoio de centenas de empresas e associações, aderentes ao Acordo Ambiental São Paulo.

Mesmo num período tão complexo, em razão da pandemia causada pelo coronavírus, o Acordo obteve uma expansão surpreendente, passando de 55 aderentes iniciais, em novembro de 2019, para as atuais 777 adesões.

“Sem dúvida, estamos diante de um trabalho importante, com continuidade nos próximos anos. Trata-se de um programa de estado, que deve ser eternizado como contribuição para a agenda climática estadual, com reflexos nas agendas climáticas brasileira e mundial.” Declarou a diretora – presidente da CETESB, Patrícia Iglecias.

O processo de análise e avaliação dos 56 cases publicados envolveu uma quantidade expressiva de horas de trabalho, reuniões para a avaliação de cada uma das experiências e a chancela de pareceristas e observadores internacionais.

Os debates foram ricos e resultaram numa leitura de qualidade técnica construtiva e estimulante. A publicação foi editada em duas partes: A primeira abordou, em 56 cases, uma amostra do que foi feito e planejado em prol do cumprimento das metas ambientais voluntárias para deter o aquecimento global.

Empresas e instituições como Abrava, Apas, Colomaq, Ecosuporte, Sabesp, Emae, Leroy Merlin e Raízen, por exemplo, aderiram ao Acordo e relataram suas ações e projetos.

A segunda parte da edição foi composta pela Nota Técnica 01 – Quantificação e Relato de Emissões de Gases de Efeito Estufa, atualizada, com a abordagem e apresentação de referências e metodologias para reportar as emissões de gases de efeito estufa.

“São Paulo e o Brasil, portanto, estabeleceram os critérios ideais de emissões. Avaliamos ciclos de vida de um determinado produto ou serviço. Então o nosso Estado está atualizado e a frente do seu tempo.” Ponderou o presidente da UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar e presidente da Câmara Ambiental de Mudanças Climáticas de São Paulo, Evandro Gussi.

São Paulo é o estado mais industrializado do Brasil, contudo apresenta emissões de gases de efeito estufa mais baixas da nação. Como prova do seu desempenho a CETESB, mesmo em caráter voluntário, agregou no Acordo Ambiental São Paulo empresas e municípios dispostos a estabelecerem métricas e reportar reduções de emissão de gases de efeito estufa.

“São Paulo respeita a atividade pública, pela sua eficiência e competência. Por metas realizadas. Hoje, a CETESB, Patrícia Iglecias e sua equipe venceram mais uma etapa com o livro apresentado durante à COP 26. Em suas páginas ele condensa e resume um programa do Governo do Estado.” Disse o governador João Doria.

Ao final do lançamento uma iniciativa inédita no país foi anunciada como prova do protagonismo paulista no enfrentamento das mudanças climáticas: a recompra de garrafas de vidro long neck pela Ambev, mediante a aprovação de novo sistema tributário no estado de São Paulo.

“A logística reversa do vidro, tão difícil em nosso país, vai avançar de forma pioneira. Mais uma vez é São Paulo fazendo a lição de casa e dando exemplo para o país.” Comemorou Patrícia Iglecias.

“Com rapidez e diligência o Governo de São Paulo, a pedido do setor cervejeiro, resolveu mais uma questão fundamental no ciclo da reciclagem.” Explicou o presidente do InvestSP, Gustavo Junqueira.

Estiveram, também, presentes ao lançamento o secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido, o secretário de Relações Internacionais, Julio Serson, e o diretor – presidente da SABESP, Benedito Braga.

Histórico

O Acordo Ambiental São Paulo lançado pelo Governo do Estado, por meio das Secretarias de Relações Internacionais e de Infraestrutura e Meio Ambiente, foi concebido e coordenado tecnicamente pela CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em novembro de 2019.

Visa à adesão voluntária de empresas localizadas e/ou com atuação no estado, de associações que representam setores produtivos e de municípios, de forma que possam assumir compromissos para a redução de emissão de gases de efeito estufa, no intuito de conter o aquecimento global abaixo de 1,5°C, conforme preconizado pelo Acordo de Paris.

Inicialmente, com 55 aderentes, hoje conta com 776 adesões de representantes de diversos segmentos produtivos, bem como municípios, que acompanham as experiências trazidas por esse grupo heterogêneo, tendo ainda, observadores internacionais.

Para monitorar os desdobramentos do Acordo foi criada, no âmbito da CETESB, a Câmara Ambiental de Mudanças Climáticas – CAMC, de forma a congrega essa gama de empresas e de instituições com o objetivo comum de estabelecer métricas e modelos de desenvolvimento econômico sustentável, discutindo as iniciativas e os esforços dedicados à redução de gases de efeito estufa e sua quantificação e reporte.

No âmbito da CAMC, foram formados dois Grupos de Trabalho: o GT Ferramentas e o GT Boas Práticas. O primeiro com o objetivo de definir as metodologias consideradas aceitas para reportar dados e, o segundo para constituir um fórum de apresentação de exemplos concretos de sucesso, que possam ser replicados.

- Link para o livro: <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Livro-Acordo-Ambiental-Sao-Paulo-56-casos-de-sucesso-na-agenda-climatica.pdf>
- Link página do acordo Ambiental São Paulo: <https://cetesb.sp.gov.br/acordo-ambiental-sao-paulo/>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/11/2021

AGROPECUÁRIA É PARTE DA SOLUÇÃO PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DIZ TEREZA CRISTINA NA ABERTURA DA COP26

Informação: Grupo Cultivar (3 de novembro de 2021)



Ministra destacou as metas já alcançadas e os novos objetivos do Plano ABC, que pretende mitigar a emissão de mais de 1 bilhão de toneladas de CO² nos próximos dez anos. – Foto: Divulgação Mapa

A ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) participou nesta segunda-feira (01/11) da abertura do Brasil na COP26, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília. Ela destacou as metas já alcançadas pelo Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, chamado de Plano ABC, desde 2010, e as novas metas para o ABC+ até 2030. Segundo a ministra, a agropecuária, realizada de maneira sustentável, é parte da solução para um duplo desafio: mudança do clima e segurança alimentar.



“A agricultura brasileira fez a sua parte e está fazendo. Vamos continuar trabalhando para que a nossa agricultura seja cada vez mais eficiente e sustentável. A sustentabilidade traz eficiência e renda para o produtor, então não tenho dúvida de que a nossa agricultura movida a ciência estará cada vez mais comprometida em alcançar essas metas”, disse.

Até 2030, o objetivo é disseminar as tecnologias de baixa emissão de carbono a mais 72 milhões de hectares de terras agricultáveis, promovendo ganhos de produtividade em terras agrícolas já consolidadas, sem necessidade de converter novas áreas à atividade produtiva. Com isso, será mitigada a emissão de mais de 1 bilhão de toneladas de CO² equivalente.

“O potencial transformador da agropecuária de baixa emissão de carbono é enorme. Queremos compartilhar essa experiência com países de realidades semelhantes. Apenas com a disseminação das melhores práticas a todos os produtores poderemos colher os impactos positivos que a produção de alimentos, fibras e bioenergia pode ter”, disse.

Com pesados investimentos em pesquisa e inovação, o Brasil passou a produzir com mais eficiência e de forma mais sustentável, sendo pioneiro no desenvolvimento de uma agropecuária de baixa emissão de carbono.

No painel “Sustentabilidade da Agropecuária Brasileira”, Tereza Cristina e o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, também conversaram sobre temas como a geração do chamado “emprego verde” e a contribuição dos biocombustíveis para a matriz energética sustentável. “O Brasil está no caminho certo há muito tempo. Podemos caminhar rapidamente para que as energias renováveis possam contribuir cada vez mais com a nossa matriz energética limpa e renovável”, disse.

Diretamente de Glasgow, o secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, Fernando Camargo, disse que o futuro verde está no Brasil e destacou a meta de recuperar mais de 30 milhões de hectares de pastagens degradadas. “Essa é a chave para aumentar a nossa produção sem necessidade de fazer desmatamento ilegal”.

Novas metas

No discurso de abertura, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, anunciou o aumento da meta de redução de emissão de gases de efeito estufa pelo Brasil de 43% para 50% até 2030 e manutenção da meta de neutralidade climática até 2050. O evento no espaço Brasil na CNI em Brasília também contou com a participação da Apex-Brasil e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, na Escócia, segue até 12 de novembro. O encontro reunirá mais de 190 países para discutir medidas mais enérgicas contra o aquecimento global.

Código Florestal

Em Glasgow, no painel “Políticas Públicas para Preservação e Recuperação Florestal”, o diretor de Regularização Ambiental do Serviço Florestal Brasileiro, João Adrien, apresentou meios de implementação do Código Florestal no Brasil, como o Cadastro Ambiental Rural, o Programa de Regularização Ambiental e incentivos econômicos para a recuperação florestal e preservação ambiental. Segundo ele, a política do Código Florestal, implementada desde 2012, tem sido uma importante contribuição do Brasil para solucionar o desafio de garantir a preservação aliada à produção agropecuária.

A previsão de recuperação em propriedades rurais por meio do Programa de Regularização Ambiental é de 34,4 milhões de hectares de reserva legal nos próximos 20 anos. “Esse número dá uma dimensão do impacto que essa política vai ter em termos de recuperação ambiental. 34

milhões de hectares é o quase o tamanho da França, que será recuperado por essa política ambiental. É uma recuperação florestal que não foi feita em nenhum lugar do mundo até hoje”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/11/2021

MP SOBRE EXPLORAÇÃO DE FERROVIAS É PRORROGADA ATÉ FEVEREIRO

Informação: Agência Porto (3 de novembro de 2021)

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, prorrogou a validade da Medida Provisória que permite a exploração privada de ferrovias por meio de autorização (MP 1.065/2021). A MP, que venceria no dia 28, continua valendo até o dia 6 de fevereiro de 2022. Ela ainda não foi analisada por nenhuma das Casas do Congresso.

A MP implementa a modalidade de autorização, que é mais célere, para a exploração de trechos ferroviários curtos. A autorização pode ser concedida por até 99 anos. Nessa modalidade, que já existe nos setores portuário e elétrico, não há pagamento ao governo federal pela outorga; em compensação, a empresa assume todos os riscos da exploração do serviço.

Outra novidade é a autorização para que as administradoras ferroviárias se associem numa entidade autorregulatória, em regime de colegiado, sob supervisão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A publicação da MP foi controversa no Senado porque ela é semelhante, em muitos aspectos, ao projeto de lei do novo marco legal das ferrovias (PLS 261/2018), que os senadores aprovaram no início do mês. O projeto ainda será analisado pela Câmara dos Deputados e, segundo o presidente Rodrigo Pacheco, terá precedência sobre a Medida Provisória.

O Senado também analisa um projeto de decreto legislativo que susta os efeitos de uma portaria do Ministério da Infraestrutura que regulamenta a MP (PDL 826/2021). A portaria define critérios para desempate de pedidos de autorização. Os senadores vão aguardar uma manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o assunto.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/11/2021

TRENS RESPONDEM POR 50% DA CARGA DE GRÃOS NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Informação: Portos e Mercados (3 de novembro de 2021)



Todos os anos, aproximadamente 57 mil vagões são descarregados em três locais do complexo portuário: no terminal graneleiro, administrado pelo porto, e em mais dois terminais privados, Terlogs e Bunge

de caminhões.

Anualmente, cerca de 700 trens chegam ao complexo portuário catarinense, carregados de soja e milho, principalmente. As composições transportam mais de 3 milhões de toneladas, metade da exportação de cereais realizada pelo porto todos os anos. O restante chega por meio

A maioria dos grãos é proveniente de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul e alcança o porto por meio do corredor ferroviário que liga Mafra, no Planalto Norte de SC, ao Porto de São Francisco, num trajeto de 170 quilômetros.

Em Corupá, a 80 quilômetros do complexo portuário, é feito o transbordo e distribuição dos vagões que seguem para São Francisco. Como as composições circulam a 25-30 quilômetros por hora, esse percurso demora cerca de 2,5 horas.

Em média, cada trem da empresa Rumo é composto por 80 vagões, que transportam em torno de 50 toneladas cada um.

Assim, todos os anos, aproximadamente 57 mil vagões são descarregados em três locais do complexo portuário: no terminal graneleiro, administrado pelo porto, e em mais dois terminais privados, Terlogs e Bunge.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 03/11/2021

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

NOVO TERMINAL PORTUÁRIO FLUVIAL AUXILIA COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO RIO AMAZONAS

IP4, no município de Silves (AM), facilitará a vida de mais de 9 mil moradores da região



Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4) do município de Silves (AM) - Foto: DNIT

A Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4), do município de Silves (AM), já está em operação. Com investimentos de R\$ 22 milhões, o Ministério da Infraestrutura, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), concluiu, neste mês, as obras de construção da IP4. Demanda antiga da população, a

nova instalação para desembarque de cargas e passageiros no Rio Amazonas vai beneficiar os mais de 9 mil moradores da região e dos municípios próximos.

IMPORTÂNCIA - Apesar de ser de pequeno porte, o porto é considerado de grande importância para a população, uma vez que as cidades da região têm alta demanda de transporte hidroviário e ainda não contavam com um local para esse tipo de operação com infraestrutura e segurança para atender as embarcações regionais. Os pequenos portos exercem o papel social de facilitar a integração entre as comunidades ribeirinhas e os seus usuários. A instalação, que equivale a uma pequena rodoviária às margens do rio, ainda impulsiona o desenvolvimento econômico e melhora a qualidade de vida da população.

As obras incluíram terminal de passageiros, armazém de carga, fábrica de gelo/câmara frigorífica, estacionamento, guarita, subestação, estação de tratamento de esgoto, sistema naval com capacidade para atender embarcações regionais locais e outros.

INSTALAÇÕES - Construídas pelo DNIT, as Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4s) precisam atender a requisitos de eficiência, segurança, atendimento ao interesse público, conforto e preservação do meio ambiente. Além disso, devem constar no Sistema Nacional de Viação (SNV), operar exclusivamente com embarcações de navegação interior e estar fora da poligonal do porto organizado.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação Social – DNIT

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 03/11/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

CAMINHONEIROS: ACESSO AO PORTO DE SANTOS SEGUE NORMAL

Por Isadora Duarte

A Autoridade Portuária de Santos (SPA), que administra o Porto de Santos, informou que o acesso ao complexo portuário segue “normal” e que não há qualquer retenção ao tráfego nem concentração de caminhões parados no local nesta terça-feira, 2.

“O número de manifestantes presentes nas imediações do Porto diminuiu consideravelmente”, disse a SPA em nota enviada à imprensa. Desde ontem, transportadores autônomos da Baixada Santista interromperam as atividades em meio à paralisação nacional da categoria e realizam manifestações próximas ao porto.

Segundo a SPA, cerca de 80% dos navios atracados (40) operam sem qualquer restrição. Os outros 20% operam em menor escala em virtude da cautela de transportadoras e embarcadores no acesso ao complexo portuário “diante do temor de represálias”. “A Polícia Militar de São Paulo e a Guarda Portuária ainda seguem oferecendo escolta para garantir a melhor segurança do fluxo de caminhões que acessa e deixa o Porto”, disse a administradora do complexo portuário de Santos.

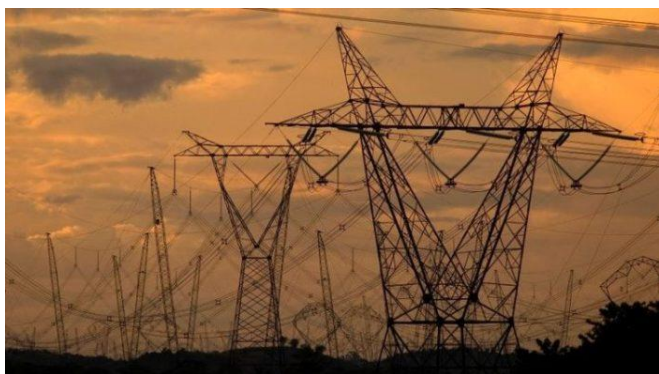
Mais cedo, o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Luciano Santos, disse ao Broadcast Agro que os 2 mil caminhoneiros associados ao sindicato seguem parados. “Aguardando resposta do governo”, pontuou Santos. Ocupação, invasão ou permanência de grevistas nas instalações portuárias e acessos terrestres e marítimos do Porto de Santos estão proibidas judicialmente.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 03/11/2021

ALTA DE PREÇOS DE ENERGIA TIRARÁ R\$22,4 BI DO PIB DO PAÍS EM 2021 E 2022, DIZ CNI

Por Luana Maria Benedito



Crise da energia vai ajudar a derrubar PIB do Brasil (Crédito: REUTERS/Paulo Santos)

SÃO PAULO (Reuters) – O recente salto dos preços de energia, impulsionado em parte pela crise hídrica, terá impacto negativo bilionário na atividade econômica do Brasil em 2021 e 2022, com os efeitos se espalhando para o mercado de trabalho e o consumo das famílias, de acordo com estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O custo mais alto da energia elétrica resultará em perda de 8,2 bilhões de reais no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano a preços de 2020 em comparação com o que ocorreria sem a crise energética, aponta a pesquisa. Isso é o equivalente a variação negativa de 0,11%.

Para 2022, o impacto deve ser de 14,2 bilhões de reais a preços de 2020, ou impacto negativo de 0,19%.

O mercado de trabalho sofre o baque da inflação no setor, com a CNI prevendo perda de 166 mil empregos no final deste ano em relação à quantidade de pessoas ocupadas entre abril e junho de 2021 em consequência dos impactos diretos e indiretos do aumento de custos. No ano que vem, a crise energética deve afetar 290 mil empregos em relação ao número de pessoas ocupadas no primeiro trimestre deste ano.

O consumo das famílias, enquanto isso, verá redução de 7 bilhões de reais neste ano, a preços de 2020, como consequência da pressão dos custos de energia, segundo a CNI, o equivalente a variação negativa de 0,15%. Para o ano que vem, o efeito será de 12,1 bilhões de reais a preços de 2020, ou queda de 0,26%.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destacou em nota que a crise de abastecimento dos reservatórios de água brasileiros afetou a produção de energia nas hidrelétricas –fonte mais barata– e aumentou o uso de usinas mais onerosas, como as termelétricas, o que ajuda a explicar o salto da inflação.

Mas os elevados encargos, impostos e taxas setoriais da tarifa de energia já pesavam sobre a economia brasileira mesmo antes da crise, disse ele.

“O alto custo dos impostos e dos encargos setoriais e os erros regulatórios tornaram a energia elétrica paga pela indústria uma das mais caras do mundo, o que nos preocupa muito, pois a energia elétrica é um dos principais insumos da indústria brasileira”, afirmou Braga de Andrade. “Essa elevação do custo de geração de energia é repassada aos consumidores, com impactos bastante negativos sobre a economia.”

Maria Carolina Marques, economista da CNI e autora do estudo, explicou à Reuters que o impacto dos preços mais altos de energia é diferente para cada setor, com destaque para a indústria, cujo PIB geral deve perder 2,2 bilhões de reais a preços de 2020 devido à crise energética, ou 0,17%.

O comércio também é afetado, uma vez que os custos mais altos no Brasil podem tornar produtos estrangeiros mais atraentes, mesmo com outros países também vendo custos mais altos de energia, disse Marques.

Segundo a economista, muitas das grandes economias globais, que estão sofrendo com a alta dos preços de commodities como petróleo e gás natural, já tinham matrizes energéticas pesadas em fontes de energia mais caras, enquanto o Brasil vive um choque devido à grande dependência das hidrelétricas.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 03/11/2021

COM BAIXA ADESÃO À GREVE, ASSOCIAÇÃO DE CAMINHONEIROS DERRUBA LIMINAR

Por Diego Felix



Movimento grevista dos caminhoneiros ainda é fraco (Crédito: Agência Brasil)

Com baixa adesão, a greve dos caminhoneiros teve início na segunda-feira (1) e deve seguir até o dia 15. A Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava) conseguiu, através do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), derrubar as liminares que proibiam as manifestações em rodovias.

Na leitura do TRF-1, a decisão sobre as liminares que pediam o fim da greve deve sair da Justiça do Trabalho. Essas liminares estabeleciam multa de até R\$ 10 mil para o grevista que desobedecesse a decisão do Judiciário proibindo a obstrução parcial dos caminhões em 29 pontos do País.

Com essa autorização, as lideranças da categoria acreditam que mais caminhoneiros aceitem cruzar os braços e se juntem ao movimento grevista.

“Continuamos a paralisação até o governo apresentar alguma resposta às demandas da categoria”, disse ao Estadão o presidente do CNTRC (Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas), Plínio Dias.

Até o momento, a greve está restrita a manifestações às margens das rodovias e nos estacionamentos dos postos de combustível.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 03/11/2021

BRASIL TEM MENOR SUPERÁVIT COMERCIAL PARA OUTUBRO DESDE 2015, A US\$2 BI

(Por Marcela Ayres)



Navio cargueiro descarrega soja no porto de Paranaguá, no Paraná

BRASÍLIA (Reuters) – A balança comercial brasileira teve superávit de 2 bilhões de dólares em outubro, dado mais fraco para o mês desde 2015 (+1,6 bilhão de dólares), obtido em meio à aceleração das importações, divulgou o Ministério da Economia nesta quarta-feira.

O resultado veio em linha com estimativa de analistas de um saldo positivo de 2,05 bilhões de dólares, conforme pesquisa da Reuters.

A performance confirmou tendência vista nos últimos meses, com elevação das importações em ritmo mais forte que o observado na ponta das exportações.

Em outubro, as importações somaram 20,516 bilhões de dólares, alta de 54,9% pela média diária sobre igual mês do ano passado. Isso ocorreu tanto por um aumento nos preços (+23,5%), quanto pelo volume comprado (+19,6%), informou o Ministério da Economia.

Já as exportações tiveram alta de 27,6%, também pela média diária, a 22,5 bilhões de dólares. Neste caso, o crescimento foi guiado sobretudo pelo avanço dos preços (+26,3%), já que a quantidade de embarques ficou praticamente estável sobre outubro de 2020 (+0,7%).

No acumulado de janeiro a outubro, o superávit da balança é de 58,6 bilhões de dólares, contra saldo positivo de 45,2 bilhões de dólares do mesmo período do ano passado.

Para 2021, a expectativa do ministério é de um saldo positivo de 70,9 bilhões de dólares, projeção que foi atualizada no início do mês passado e que representa um valor recorde para a série iniciada em 1989.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

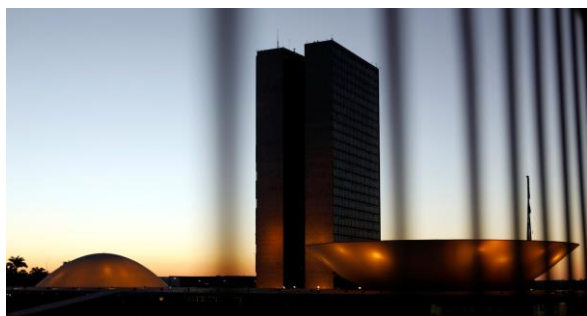
Data: 03/11/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

GOVERNO QUER VOTAR PEC DOS PRECATÓRIOS NESTA 4ª-FEIRA, MAS QUÓRUM NÃO ESTÁ GARANTIDO

Por Reuters



No início da tarde, o sistema da Câmara passou a mostrar sessão de votação marcada para 18h, com a PEC na pauta (Imagem: REUTERS/Paulo Whitaker)

O governo pretende colocar em votação mais uma vez, nesta quarta-feira, a PEC dos Precatórios, mas os líderes da base ainda vão analisar o cenário em um almoço na residência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em meio à falta de garantia de

quórum e votos necessários para se aprovar a matéria.

“Vamos votar o primeiro turno hoje”, garantiu à Reuters o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). No início da tarde, o sistema da Câmara passou a mostrar sessão de votação marcada para 18h, com a PEC na pauta.

A certeza dada pelo líder do governo, no entanto, não é compartilhada por outros parlamentares. De acordo com uma fonte ouvida pela Reuters, o governo está fazendo uma “operação de guerra” para tentar garantir quórum em Brasília, mas a avaliação é de que será difícil colocar a PEC em votação sem risco de ser derrotada.

Por ser uma Proposta de Emenda à Constituição, são necessários 308 votos para aprovação e a conta de parlamentares experientes é de que é preciso que pelo menos 500 dos 513 deputados estejam presentes para garantir a margem de vitória.

Em uma semana com feriado numa terça-feira, a possibilidade de quórum alto é tradicionalmente mais baixa.

Sob a condição do anonimato, um importante parlamentar do centrão disse que os líderes partidários têm pressionado suas bancadas para votar a PEC alegando que, se isso não ocorrer, não haverá recursos para pagar as emendas parlamentares dos deputados.

“Estão dizendo que, se não aprovar a PEC, não terá dinheiro para pagar emenda impositiva”, afirmou, destacando que a pressão ocorre em ano pré-eleitoral.

Esse parlamentar acredita que, mesmo com toda essa articulação, não haveria votos suficientes nesta quarta para aprovar a PEC com uma boa margem de segurança.

O deputado contabiliza que haveria, no máximo, 315 votos a favor da PEC, uma vez que, pelos seus cálculos, 130 deputados da oposição, outros 20 de partidos como MDB e PSDB, 20 de partidos da base aliada, 8 do Novo devem votar contra, além de ainda 20 deputados que não devem participar da votação.

“Isso dá 198, sobra 315, a margem é muito pequena para arriscar votar”, avaliou.

Outro deputado da base reconheceu que, por ora, a movimentação para votar a proposta está muito fraca e que ainda há problema para se votar a proposta nesta quarta.



Sem Mudança

Apesar do relator, Hugo Motta (Republicanos-PB), ter feito mudanças no texto tentando atrair votos na oposição, o líder do PT na Câmara, Bohn Gass (RS), disse que o partido não mudou de posição, e denunciou a pressão do governo com a distribuição de emendas de relator apenas para quem votar a favor da PEC.

“É calote, é espaço fiscal só para ano eleitoral, não tem garantia que vai cumprir os programas sociais, vai aumentar recursos para emendas para a base do governo, emendas de relator”, afirmou. “Com o conjunto da obra, calote e chantagem, não podemos aceitar, juntando ainda o período eleitoral por parte do governo.”

Bohn Gass disse que não é possível haver dois tipos de parlamentares, aqueles que são beneficiados com emendas ao apoiar votações do governo, e outros que não.

O líder do PT disse ainda que não tem uma estimativa de placar de votação para esta quarta, mas alertou que, se o governo tivesse garantia de que iria aprovar a PEC, a matéria já teria sido apreciada.

Fonte: MoneyTimes

Data: 03/11/2021

VALE DEPOSITA R\$ 4,4 BI EM JUÍZO PARA TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR DESASTRE DE BRUMADINHO

Por Reuters

Durante quase três anos, cerca de cem mil pessoas contaram com o benefício, que ultrapassou 2,3 bilhões de reais, acrescentou a mineradora

A Vale (VALE3) informou nesta quarta-feira que concluiu o depósito em juízo do montante de 4,4 bilhões de reais previsto para o Programa de Transferência de Renda aos atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG).

Os recursos, corrigidos pelo IPCA até agosto de 2021 e deduzidos os custos operacionais e pagamentos emergenciais realizados entre junho e outubro de 2021, foram depositados em duas vezes, sendo 2 bilhões em 18 de outubro e o restante em 28 do mês passado.

Os depósitos foram realizados porque, desde 1º de novembro, passaram a valer os termos do novo programa, assinado entre a empresa, o governo de Minas Gerais e as instituições de Justiça, em fevereiro deste ano. O acordo envolveu 37,69 bilhões de reais para reparação de danos coletivos.

A Vale disse que tem prestado apoio e assistência às famílias impactadas pela ruptura da barragem desde o primeiro momento, em 2019.

Durante quase três anos, cerca de cem mil pessoas contaram com o benefício, que ultrapassou 2,3 bilhões de reais, acrescentou a mineradora.

Fonte: MoneyTimes

Data: 03/11/2021

BRASIL NÃO QUER SUBSIDIAR COMBUSTÍVEIS, DIZ BENTO ALBUQUERQUE

Por Bloomberg

O aumento dos preços do petróleo é muitas vezes recebido com sentimentos mistos para as empresas nacionais de petróleo como a Petrobras

O Brasil não pretende subsidiar os preços dos combustíveis, mesmo com os reajustes recentes, que tem pressionado a inflação e gerado reação popular.



Uma saída seria reduzir impostos e criar programas de compensação para amenizar o impacto do aumento dos preços da gasolina e do diesel, disse o Ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, em entrevista à Bloomberg TV.

“Temos que administrar isso usando impostos. Não podemos reduzir o preço das commodities. É impossível”, disse ele. “Não queremos subsidiar os combustíveis fósseis.”

O aumento dos preços do petróleo é muitas vezes recebido com sentimentos mistos para as empresas nacionais de petróleo como a Petrobras (PETR3;PETR4), já que ficam pressionadas para manter os custos do combustível sob controle para os consumidores a fim de evitar protestos e conter a inflação.

A estatal perdeu cerca de US\$ 40 bilhões durante o boom do preço do petróleo de 2012 a 2014 por causa das políticas para baratear a gasolina e o diesel, e os investidores estão preocupados que isso possa acontecer novamente. A desvalorização da moeda brasileira neste ano tornou o combustível ainda mais caro na bomba.

Albuquerque também disse que o Brasil está avançando no controle ao desmatamento ilegal e planeja eliminar a prática até 2028.

Fonte: MoneyTimes

Data: 03/11/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

SHELL REGISTRA MAIS 1 GW DE PROJETOS SOLARES NO BRASIL

Por epbr - 3 de novembro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação

epbr@epbr.com.br

● AO VIVO COP26 | A partir das 18h, live comandada por Gabriel Chiappini repercute todos os acontecimentos do dia na Cúpula do Clima da ONU. Inscreva-se:
<https://bit.ly/3tPKAKK>

em jogo

A Shell registrou na Aneel pedido de outorga de mais 20 usinas solares fotovoltaicas nos estados de Goiás e Minas Gerais. São 17 novos pedidos para a instalação do parque Gatria Solar, com 17 usinas com capacidade para 50 MW, no município de Hidrolândia, no estado de Goiás.

— Também foram registradas três novas usinas, todas também com 50 MW de potência instalada, no parque Aquarii, em Minas Gerais, que passará a ter potência total instalada de 300 MW.

— O projeto de Aquarii fornecerá parte da energia para as unidades de produção de aço da Gerdau, em uma joint venture entre as duas empresas. A outra parte da energia será comercializada no mercado livre através da comercializadora de energia da Shell, a partir de 2024.

— A Shell soma agora mais de 60 pedidos de instalação de usinas solares fotovoltaicas no Brasil, que representam 3 GW de potência instalada, em Minas Gerais, Paraíba e Goiás.

— A empresa vai investir R\$ 3 bilhões em projetos integrados de energia no Brasil até 2025.

COP26. O governo federal publicou, junto com os anúncios na estreia da COP26, em Glasgow (Escócia) a revisão de diretrizes para o país atingir a neutralidade de carbono em 2050.

— A meta revisada esta semana é “empatar” as emissões e retiradas de gases do efeito estufa da atmosfera em 30 anos, considerada conservadora por ambientalistas. O governo foca, por exemplo, em interromper o desmatamento, mas apenas o ilegal, com antecipação dessa meta de 2030 para 2028.

— Para os mercados de combustíveis e energia, o roteiro para a colaborar com a neutralidade é pouco ambicioso: atingir entre 45% e 50% de participação de renováveis na matriz energética até 2030.

- Brad Plumer, do The New York Times, mostra que investimentos em energias renováveis estão acelerando a luta contra mudança climática, mas ainda não é suficiente. Estadão
- Estudo realizado pela consultoria Oliver Wyman, em parceria com o Fórum Econômico Mundial (WEF), mostra que será necessário triplicar o volume anual de investimentos em energia limpa, passando de US\$ 1,4 trilhão (média dos gastos anuais entre 2016 e 2020) para US\$ 4,3 trilhões até 2030 caso a humanidade esteja, de fato, comprometida em alcançar as metas de neutralidade de carbono estabelecidas para 2050. Estadão

— No mesmo dia em que atualizou as metas de redução de emissões de carbono, o Brasil anunciou um compromisso para diminuição do desmatamento ilegal — justamente um dos principais pontos de crítica internacional em relação ao governo Bolsonaro.

— Para Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente e conselheira do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, o anúncio brasileiro de zerar o desmatamento ilegal até 2028 é uma “perda de oportunidade” para o país demonstrar uma trajetória de crescimento econômico e preservação das florestas, diz Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente e conselheira do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

— No meio disso tudo, o coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, Oswaldo dos Santos Lucon, pediu demissão e disse que estava saindo por falta de interlocução do governo com representantes da sociedade civil. Estadão.

- O presidente do grupo EDP, Miguel Stilwell, afirma que o Brasil ainda não está tão alinhado com o ESG como outras geografias. Estadão

Mercado de Carbono. O autor do PL 528/21, que cria um mercado brasileiro de créditos de carbono, deputado federal Marcelo Ramos (PL/AM), confia que será possível chegar a um acordo para aprovar o projeto nesta quarta (3).

— O deputado, que também é vice-presidente da Câmara, reconhece que a agenda é difícil, com a pauta dos precatórios, mas defende a urgência do tema como uma ação efetiva do Brasil durante a COP26.

- Natascha Trennepohl e Pedro Tufic debatem os principais acontecimentos do dia, as novas metas de redução das emissões e as chances de regulamentação do art. 6 do Acordo de Paris, que cria o mercado de carbono entre os países. Reveja

Estratégia ESG de olho na COP26. Live com Alessandro Gardemann (Abiogás) e Erasmo Battistella (BSBios) e Evandro Gussi Unica. Reveja

3R conclui aquisição. A 3R Petroleum anunciou nesta quarta que concluiu a aquisição da Duna Energia, antiga Central Resources, por US\$ 71 milhões.

- Com a operação, a empresa incorpora em seu portfólio os campos de Ponta do Mel e Redonda, em Areia Branca, na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte, que produziram 480 barris por dia de petróleo nos quatro primeiros meses de 2021.

Petróleo opera em baixa. Os preços do petróleo registram forte queda nesta quarta-feira diante de indicações de que a oferta do combustível nos Estados Unidos na semana passada virá maior que o esperado e devido à pressão americana para que o grupo de países exportadores de petróleo e aliados, a Opep+, eleve sua produção.

— Às 9h10, o contrato do WTI com entrega em dezembro recuava 2,29%, para US\$ 81,99. O vencimento do Brent para janeiro de 2022 marcava US\$ 82,93, baixa de 2,05% Valor
Por e-mail, você recebe também recebe diariamente a agenda das autoridades

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 03/11/2021

BRASIL PODE CONTRATAR NOVAS USINAS NUCLEARES EM LEILÕES ATÉ MEADOS DA DÉCADA, DIZ BENTO ALBUQUERQUE

Setor está em reestruturação para entrada de nova estatal e privatização da Eletrobras
Por Juliana Ennes - 3 de novembro de 2021 - Em Setor elétrico, Transição energética



Ministro Bento Albuquerque em evento da comitiva brasileira na COP26, em Glasgow

Glasgow – O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, confia que será possível contratar novas usinas nucleares a partir de leilões de energia no curto prazo, com a construção privada de novos projetos.

“Estimamos, para os próximos 30 anos, uma expansão de até 10 GW em fonte nuclear.

Sempre com o setor privado construindo”, afirmou o ministro à epbr nesta quarta (3), em Glasgow, na Escócia. Bento participa da COP26.

O cronograma ainda é incerto, mas o aumento do parque termonuclear brasileiro vai entrar na revisão do Plano Decenal de Energia (PDE) 2031, que deve ser aprovado em fevereiro de 2022.

“É possível que haja leilões para nuclear a partir de 2023, 2024, 2025...Mas já entra no plano de geração e transmissão”, diz Bento Albuquerque.

“No próximo plano decenal [PDE 2031], que deverá ser apresentado em fevereiro de 2022, estarão as eólicas offshore, como estará também a geração nuclear”.

Plano para Angra 3 até o fim do ano

A Eletronuclear está executando serviços de obras civis e montagem para concluir parte das obras de Angra 3. O plano é lançar uma licitação internacional para contratação de engenharia, suprimento e construção (EPC, na sigla em inglês) em 2022.

A usina está prevista, agora, para 2026.

O consórcio Angra Eurobras NES, liderado pela Tractebel Engineering, foi contratado pelo BNDES para fechar o escopo do EPC. O relatório deve ser apresentado até o fim do ano.

O setor brasileiro está em reestruturação. A partir do plano de privatização da Eletrobras, sua subsidiária Eletronuclear permanecerá sob controle da União, por meio da ENBpar, nova estatal criada para assumir, também, a parcela brasileira em Itaipu Binacional.

A Eletrobras pretende continuar como sócia. Em anos recentes, tem antecipado recursos para a construção de Angra 3 que serão equalizados na capitalização a ser feita pela nova estatal.

O plano ainda depende de aval do Tribunal de Contas da União (TCU) e do conselho da companhia. O plano do governo é realizar a capitalização no primeiro trimestre de 2022.

A construção de novas usinas termonucleares é uma das prioridades do Ministério de Minas e Energia (MME).

O governo Bolsonaro já promoveu reformas para permitir a mineração de combustível em consórcio entre empresas privadas e a INB, outra estatal do setor. A atividade nuclear é exclusiva da União, que precisa manter o controle sobre as operações.

Também está criando uma nova agência, que por falta de recursos vai nascer com uma estrutura simplificada — a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN).

Será o desmembramento da CNEM, para separar atividades de fiscalização e execução de projetos radioativos, um conflito de competências apontado por autoridades domésticas e internacionais.

A fonte não é consenso entre ambientalistas, especialmente após os incidentes em Fukuchima, no Japão, na década passada. No Brasil, há críticas sobre a complexidade da construção, haja vista os atrasos e custos bilionários na construção de Angra 3.

A nuclear, contudo, é apontada também como solução para a descarbonização das economias e atingir os objetivos do Acordo de Paris. É uma fonte térmica, despachável, que pode cumprir um papel de geração de base, associada à geração intermitente das fontes renováveis.



Juliana Ennes

Especial para a COP26, em Glasgow. Radicada em Nova Iorque, especializada na América Latina, ela tem focado sua cobertura nos setores de energia e meio ambiente, finanças, negócios e macroeconomia

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 03/11/2021

RESULTADOS ECONÔMICOS DE SÉPIA E ATAPU AINDA NÃO SÃO CONVINCENTES, DIZ WOOD MACKENZIE

Por epbr - 3 de novembro de 2021 - Em Petróleo e gás, Política energética, Rodadas

Apesar das melhores condições de licitação, os resultados econômicos dos campos de Atapu e Sépia, que serão licitados pelo governo em 17 de dezembro, ainda não são convincentes.

A avaliação é de Luiz Hayum, do time de pesquisa da Wood Mackenzie para a América Latina.

“Em um cenário de preço Brent de \$35 por barril, estimamos a taxa interna de retorno (TIR) de Atapu pouco acima de 10%, enquanto Sepia falha em fornecer retornos de dois dígitos. E isso pressupõe lances vencedores com a participação governamental mínima nos lucros”, comenta Hayum.



Atapu e Sépia foram licitadas em 2019, mas não despertaram interesse da Petrobras e outras empresas inscritas no leilão daquele ano. Para concorrência de dezembro, a estatal já garantiu o direito de contratar, ao menos, 30% dos reservatórios.

Agora, o campo de Sépia terá bônus de assinatura de R\$ 7,138 bilhões e alíquota de partilha de 15,02%. Já Atapu terá bônus de assinatura de R\$ 4,002 bilhões e alíquota de partilha de 5,89%.

Em comparação com a primeira tentativa de licitar as reservas, em 2019, os valores de bônus caíram cerca de 70%. Sépia foi ofertada com bônus R\$ 22,9 bilhões e percentual mínimo de excedente de 27,88%; Atapu teve bônus de R\$ 13,7 bilhões e percentual mínimo de 26,23%.

“Apenas nesses campos, durante o período de operação, os investimentos previstos são de R\$ 200 bilhões, e o custo de oportunidade de não realizarmos esse leilão neste ano é de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões”, destacou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em maio, após a reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que aprovou os valores.

Sépia começou a produzir em agosto

A Petrobras iniciou a produção de petróleo e gás natural do FPSO Carioca, primeiro sistema de produção definitivo instalado no campo de Sépia, em agosto. A unidade tem capacidade para processar diariamente até 180 mil barris de óleo e comprimir até 6 milhões de m³ de gás natural.

O campo de Atapu produz desde 2020 partir do FPSO P-70, que tem capacidade para processar diariamente até 150 mil barris de óleo e tratar até 6 milhões de m³ de gás natural. A jazida compartilhada de Atapu compreende os campos de Oeste de Atapu, Atapu e uma parcela de área não contratada da União, tendo o processo de unitização sido concluído em setembro de 2019.

“Em uma nota positiva, Atapu e Sépia estão produzindo, eliminando a maior parte do risco de execução do projeto. Os poços iniciais têm produtividade estelar com taxas de produção de petróleo acima de 50.000 barris por dia”, conclui Hayum.

Petrobras garante as duas áreas

Em abril, a Petrobras manifestou ao CNPE seu interesse no direito de preferência para a contratação dos volumes excedentes de Atapu e Sépia. Com isso, a companhia poderá garantir a operação e ao menos 30% dos contratos de partilha dos campos.

E para o governo, confirmando os lances da Petrobras, fica garantida a contratação das áreas remanescentes da cessão onerosa – em 2019, a empresa contratou 90% de Búzios e 100% de Itapu.

Bento Albuquerque já indicou que a expectativa do governo é que a concorrência de outras empresas no leilão será para atuar em conjunto com a Petrobras.

“Nenhuma empresa vai entrar nesse leilão sem ter participação da Petrobras, porque a Petrobras já está produzindo nesses campos. E ela é considerada a empresa de petróleo mais qualificada para fazer produção em águas profundas”, afirmou em entrevista à CNN Brasil.

O ex-diretor-geral da ANP e atual CEO da Enauta, Décio Oddone, acredita que os consórcios formados pelas petroleiras Petrogal, Shell e Total devem se compor com a Petrobras para disputar os dois excedentes da cessão onerosa que serão licitados pela ANP em 17 de dezembro.

Shell, Total e Petrogal já atuam junto com a Petrobras na jazida compartilhada de Atapu, área que reúne o contrato de cessão onerosa de Entorno de Iara, o contrato de concessão BM-S-11A (Oeste de Atapu) e área não contratada (Norte de Atapu).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 03/11/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS: ‘SE PERDERMOS OPORTUNIDADE, NÃO SABEMOS O QUE SERÁ POSSÍVEL MAIS À FRENTE’, DIZ MONTEZANO

Já ministro da AGU avalia que projeto de concessão é correto, mas isso terá de ser confirmado em juízo

Por Glauce Cavalcanti



Gustavo Montezano, presidente do BNDES Foto: Ana Branco / Agência O Globo

RIO — O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, afirmou em debate virtual promovido pelo banco na manhã desta quarta-feira, que o país precisa aproveitar a ‘janela de oportunidade’ que existe para a privatização dos Correios. Ele diz não ser possível saber se o processo continuaria possível mais à frente, considerando o aumento da competitividade nesse mercado.

— Nossa responsabilidade é potencializar a empresa ao voo mais alto que ela pode dar, com a preparação necessária; arcabouço, societário, balanço, tudo o que for necessário para que ela possa desbravar mares turbulentos e desconhecidos num futuro de transformações constantes — frisou o executivo.

Ele ponderou, contudo, que é preciso agilidade para fazer a concessão dos Correios à iniciativa privada:

— Caso a gente perca essa janela, não sabemos o que será mais possível mais à frente. Nosso apelo a todos os envolvidos no projeto é que o Brasil aproveite sua chance. Tem de pegar os momentos em que as oportunidades aparecem.

E completou:

— É um momento histórico para que a empresa seja turbinada, alçada a voar voos ainda maiores. Quem vai ganhar com isso são os seus clientes, os microempresários brasileiros, o estado brasileiros, os empregados dos Correios.

Aprovado na Câmara, o projeto de privatização dos Correios está parado no Senado. O governo, porém, planeja vender a empresa no primeiro trimestre de 2022.

Montezano voltou a dizer que todas as cidades brasileiras seguirão sendo atendidas pelos Correios, frisando não haver qualquer risco de desassistência. Ao contrário, ele diz que preços e serviços serão mantidos, com a perspectiva de melhorarem.

O debate contou com a participação de autoridades e representantes de entidades de segmentos diretamente impactados pelos serviços dos Correios, como transporte e varejo.

Debate jurídico



Bruno Bianco, ministro da Advocacia Geral da União (AGU), afirmou que a desestatização dos Correios é um processo “pertinente, correto e necessário”, mas que isso terá de ser comprovado em juízo:

— Tenho convicção que esse processo de desestatização dos Correios está absolutamente maduro, é oportuno, pertinente, correto e necessário, bom para o país. Mas, obviamente, precisamos demonstrar isso em juízo.

Há ações alegando inconstitucionalidade da concessão dos Correios à iniciativa privada no Supremo Tribunal Federal (STF). A principal delas seria a ADI 6635, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia. O argumento é que o serviço postal e o correio aéreo competem à União e, por isso, a empresa teria de se manter como estatal.

Bianco não vê impeditivos à concessão, desde que mantidos os serviços como previstos legalmente. Ele destacou ainda que a desestatização só poderá ocorrer após a aprovação pelo Congresso Nacional do marco legal dos serviços postais. E que a modelagem atual está em harmonia com os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

— Estamos em meio a um processo legislativo de aprimoramento. Já temos uma aprovação na Câmara dos Deputados, segue para o Senado. É importante que tenhamos esse processo legislativo esgotado. E não vejo como oportuna a antecipação do debate jurídico — reconhecendo tratar-se de um processo complexo e que a AGU acompanha os debates junto ao BNDES, o PPI e o Ministério da Economia.

Entre os pontos sensíveis do debate está a capacidade de investimento dos Correios, que vêm perdendo espaço de mercado para empresas privadas e estrangeiras como DHL, Magalu e Mercado Livre, diante do impulso no segmento de entregas, impulsionado pela digitalização dos serviços e a expansão do comércio eletrônico.

Competitividade

O ministro da AGU apontou alguns temas centrais na discussão. O primeiro é que os Correios investiram R\$ 300 milhões, em média, ao ano nos últimos cinco anos. Estimamos que, com a desestatização, seria possível elevar esse investimento a R\$ 2 bilhões por ano, para tornar a empresa cada vez mais competitiva, como já é o mercado.

O mercado de correspondência entrou em declínio. Então, defende ele, é preciso fazer uma desestatização por completo, para que esse braço não perca valor e competitividade. Em paralelo, ao deixar de ser uma estatal, os Correios perderiam a imunidade tributária, sustenta o ministro, levantando recursos para que estados e municípios possam utilizar em outras áreas, como educação e saúde.

Entre 2016 e 2020, o equivalente a R\$ 3 bilhões deixou de ser arrecadado diante da isenção de impostos da estatal, diz Bianco.

O presidente do Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV), Marcelo Silva, frisou que investimento é fundamental para garantir a competitividade em um mercado em expansão:

— Logística passou a ser o investimento prioritário das grandes companhias. Enquanto as menores buscam as grandes plataformas. Há plataformas internacionais chegando, implantando centros de distribuição nas principais cidades para entregar na maior velocidade possível. Os Correios não têm como investir nesse momento.

Para ele, é preciso contar com uma parceria público-privada para garantir a evolução da logística no país, atualizando e capitalizando os Correios para atender milhões de negócios brasileiros.

ICMS: Bolsonaro diz que tem 'vontade de privatizar a Petrobras' por causa de críticas a preços dos combustíveis

Hoje, 2,5 milhões de micro, pequenas e médias empresas do país utilizam o e-commerce em seus negócios, contando com os Correios para sua logística, diz Fábio Abrahão, diretor de Concessões do BNDES, que conduziu o debate.

Ele salientou que o serviço tem impacto direto na saúde financeira desses negócios, permitindo que possam concorrer não apenas no país, mas internacionalmente.

Abrahão disse ainda que haverá manutenção de empregos e geração de novos, com a privatização dos Correios. A modelagem prevê estabilidade de um ano e meio aos empregados atuais e o anúncio de um plano de demissão voluntária.

Maximiliano Martinhão, secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, que participou do debate no lugar do ministro Fábio Faria, ressaltou que a participação de mercado dos Correios vem caindo desde 2015. E que outras empresas concorrentes investem três vezes mais que a estatal anualmente em seus serviços e operação.

E afirmou que o projeto de lei que trata dos serviços postais no país prevê a criação de uma tarifa social e garante a universalização e acesso aos serviços dos Correios. Assegura ainda que não haverá fechamento de agências essenciais à manutenção das atividades.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/11/2021

PARA APROVAR PEC DOS PRECATÓRIOS, LIRA NEGOCIA PERDÃO A GOVERNADORES QUE NÃO GASTARAM MÍNIMO COM EDUCAÇÃO

Texto do relator Hugo Motta (Republicanos-PB) vai prever o pagamento para estados e municípios dos precatórios relacionados ao antigo Fundef até 2024

Por Geralda Doca e Bruno Góes

BRASÍLIA — Em meio a dificuldades para construir um acordo para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), colocou na mesa de negociação a possibilidade de perdão aos estados que não gastaram o mínimo constitucional com a Educação, segundo parlamentares de oposição ouvidos pelo GLOBO. O objetivo do governo e de Lira é de votar o texto entre os deputados ainda nesta quarta-feira.

A PEC é considerada o projeto mais importante do governo neste ano, por garantir o pagamento de R\$ 400 mensais de benefício do Auxílio Brasil em 2022, ano eleitoral.



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) Foto: Michel Jesus / Câmara dos Deputados

Desde a semana passada, parlamentares das bancadas da educação e de oposição reclamam que a PEC bloqueia parte dos recursos para financiar escolas públicas.

De acordo com deputados que estiveram com Lira também entrou na discussão a possibilidade de perdão aos governadores que não aplicarem o mínimo constitucional na área. Isso seria feito com votação de uma outra Proposta de Emenda à Constituição, já aprovada previamente no Senado.

Além deste perdão, o texto do relator Hugo Motta (Republicanos-PB) anteciparia o pagamento para estados e municípios dos precatórios relacionados ao antigo Fundo de Manutenção e



Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Trata-se de um montante de R\$ 17,5 bilhões.

Em reunião na residência oficial, segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, Lira propôs uma equação para o pagamento deste valor ao longo de três anos: 30% do montante em 2022, 30% em 2023 e 40% em 2024, conforme antecipou o colunista Lauro Jardim. Na tentativa de costurar um acordo, também buscou um entendimento com governadores.

Sem este acordo, não há a garantia de que o valor total do Fundef será pago em três anos: ele entraria dentro do novo "subteto" constitucional para os precatórios, que determina que o governo pague as dívidas judiciais até o limite de R\$ 40 bilhões (o patamar de 2016, ano da criação do teto, corrigidos pela inflação), jogando o restante para o futuro, mas sem garantias de quando eles seriam finalizados.

Apesar dos novos termos de negociação, líderes de oposição continuam a resistindo a chegar a um entendimento.

Segundo líderes ouvidos pelo GLOBO, ainda há uma dificuldade relacionada aos recursos do Fundef. Não há alternativas regimentais para que esse trecho seja alterado no relatório de Hugo Motta.

Parlamentares veem dificuldades para angariar apoio ao texto — são necessários ao menos 308 votos para aprová-lo em plenário. Em ato pouco comum, a sessão desta quarta-feira foi marcada para as 18h. Normalmente, as sessões de meio de semana são iniciadas às 14h ou 16h.

Entre as dificuldades, estão a falta de consenso sobre a redação do texto e a necessidade de reunir parlamentares de forma presencial em Brasília. Para tentar contornar os obstáculos, Lira e ministros montaram uma força-tarefa, mobilizada desde o início da semana para convencer parlamentares.

Ao ser indagado se o governo tem os votos necessários para aprovar a PEC nesta quarta-feira, o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), disse apenas que caminha nessa direção, mas não soube dizer "em quais termos".

— Há demandas de bancadas, de parlamentares ligados à educação, de governadores para que os precatórios do Fundef sejam priorizados e o relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), está em negociação para ter um texto possível e se isso vai agregar mais votos para a votação de hoje — disse o Barros.

A PEC prorroga a quitação das dívidas e é considerada pela equipe econômica o principal instrumento para financiar o Auxílio Brasil, que substituirá o Bolsa Família. O novo benefício será concedido aos mais vulneráveis e terá o valor de R\$ 400.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/11/2021

BIOMETANO, ESPÉCIE DE GÁS NATURAL RENOVÁVEL, PODE AJUDAR BRASIL A CUMPRIR META DE EMISSÕES

Ele pode ser usado como substituto do diesel em caminhões, gerar energia elétrica ou servir de insumo em fábricas. Empresas já investem nesse mercado

Por Carol Knoploch

- O desenvolvimento de um mercado de biogás, gerado a partir de resíduos agropecuários, como fonte de energia pode ajudar o Brasil a cumprir o compromisso de reduzir em 30% as emissões de metano até 2030, assumida pelo país ontem na COP-26, na Escócia.

Segundo estimativas da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás), o Brasil tem potencial de produzir, até 2030, cerca de 30 milhões de metros cúbicos por dia de biometano, que pode ser usado como combustível com um potencial energético equivalente ao do gás natural fóssil.

Isso seria suficiente para tirar da natureza 36% das emissões de metano no país em menos de uma década, mais do que a meta estipulada em Glasgow.

O biometano pode ser usado como substituto do diesel em caminhões, como uma espécie de gás natural renovável, gerar energia elétrica ou servir de insumo para a fabricação de produtos como a amônia.

Empresas como Yara, L'Oréal e Scania apostam nessa nova fonte de energia. Conheça os projetos das empresas e como a produção de biometano pode ajudar o Brasil a reduzir suas emissões de gases do efeito estufa.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/11/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

POR QUE A GREVE DOS CAMINHONEIROS NÃO TEVE ADESÃO?

Por Vinícius de Oliveira



Para lideranças de caminhoneiros, desarticulação da categoria, disputa de egos, polarização política, crise econômica e ameaça de multas atrapalharam movimento
Imagem: Vinícius de Oliveira/UOL

Com muito barulho das lideranças e marcada para começar no dia 1º de novembro, a greve dos caminhoneiros autônomos não teve a adesão prevista. Apesar do aumento constante dos preços dos combustíveis, a manifestação do setor teve baixa adesão e não houve bloqueio em nenhuma das rodovias federais ou pontos logísticos estratégicos.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Ministério da Infraestrutura por volta das 16h, apenas duas localidades possuem concentração de manifestantes. Uma delas é na altura do km 276 da BR-116, a Rodovia Presidente Dutra, no município de Barra Mansa (RJ), outra é próxima ao Porto de Santos (SP).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/11/2021

BRASIL TEM DE MOSTRAR QUE PROTEGE AMBIENTE PARA ATRAIR INVESTIMENTOS, DIZ EMBAIXADOR BRITÂNICO

Diplomata do Reino Unido elogia sinalizações feitas pelo Brasil em anúncios sobre desmatamento e corte de emissões, mas a implementação será um desafio

Por Leon Ferrari, O Estado de S. Paulo

SÃO PAULO - O anúncio de que o Brasil pretende cortar as emissões nacionais de gases de efeito estufa em 50% até 2030 e as metas de combate ao desmatamento foi alvo de elogios por autoridades internacionais, como o enviado especial para o Clima do governo americano, John Kerry, e do embaixador britânico no Brasil, Peter Wilson. Outros países emergentes - como China, Rússia e Índia - têm apresentado postura mais resistente às agendas ambientais das nações desenvolvidas na Cúpula do Clima (COP-26), em Glasgow.

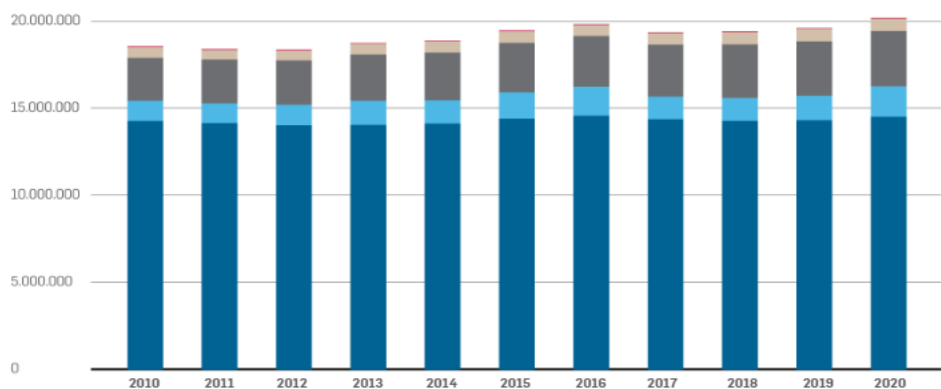


Peter Wilson, embaixador britânico no Brasil Foto: Embaixada britânica

Para o diplomata do Reino Unido, porém, a palavra-chave é implementação. Se quiser atrair investimentos de fundos públicos, incluindo o do Reino Unido, e também de fundos privados, o governo Jair Bolsonaro vai ter de provar que protege efetivamente o meio ambiente. “O Brasil quer mais investimento em sua economia, mas, no futuro, não vai ser possível atrair os fundos

maiores sem uma política ambiental clara nos níveis federal e estaduais”, diz Wilson. “Os fundos públicos de outros governos, incluindo o do Reino Unido, vão ser usados onde são mais efetivos.”

O governo Bolsonaro chegou à conferência climática sob desconfiança internacional. Desde o início da gestão, o Brasil ganhou destaque negativo diante do aumento do desmate na Amazônia e da falta de diálogo do presidente com os países ricos para tratar da preservação da floresta.



Fonte: SEEG, OBSERVATÓRIO DO CLIMA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

ESTADÃO

O saldo da atuação da delegação em Glasgow, avalia o embaixador, tem sido bastante positivo. Wilson destaca que a assinatura de acordos e a apresentação de metas mostram que “o governo pretende atingir a meta de zerar emissões”. Para que os planos saiam do papel, porém, ele aponta dois aspectos importantes: criar uma estrutura de crescimento verde e fazer com que o plano de combate ao desmatamento funcione, com foco na fiscalização.

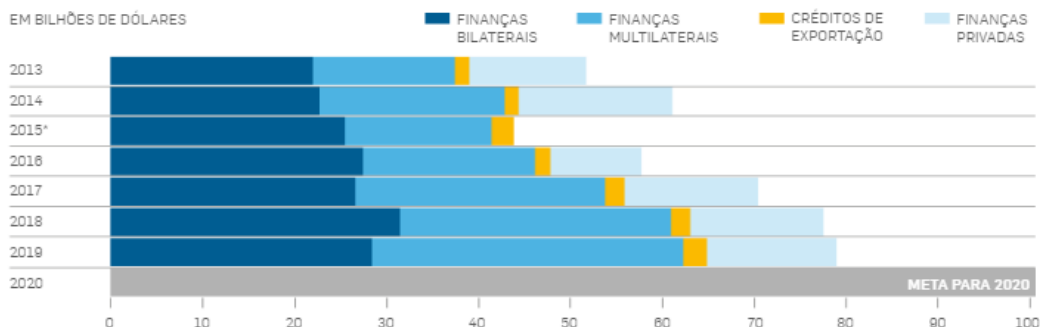
A transparência, nesse sentido, será essencial. “O financiamento privado, que é muito valorizado, vai para países onde os riscos ambientais são bem conhecidos e os investimentos serão responsáveis”, destaca. Wilson destacou que o Reino Unido pretende ajudar o País a atingir as metas anunciadas e cumprir os acordos firmados. Ele diz que seu papel como diplomata será o de criar um espaço de cooperação para combater uma ameaça comum, a mudança climática.

“Trabalhamos com todos os níveis de governo brasileiro. Com o governo federal, temos uma série de programas para ajudar a agricultura, a ciência, o monitoramento e o conhecimento sobre o clima”, conta o embaixador. “Com os governos estaduais, temos investimentos e oportunidades de abrir novos caminhos para uma economia mais verde.”

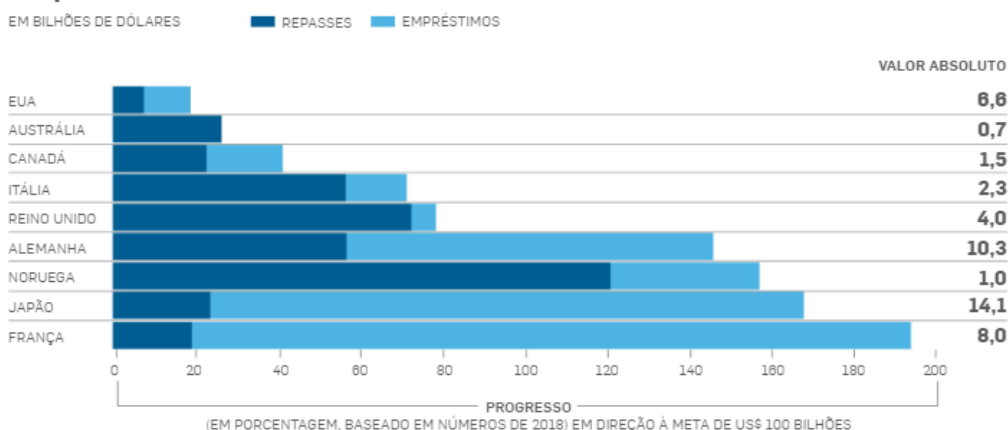
Financiamento

Países ricos prometeram US\$ 100 bilhões por ano para ações climáticas

Objetivo



Por país



*Sem dados sobre finanças privadas em 2015

ESTADÃO

Fonte: NATURE, OCDE E WORLD RESOURCES INSTITUTE

Quanto ao isolamento internacional do presidente Bolsonaro, evidente na reunião entre as 20 economias mais ricas do mundo (G-20), e a ausência do brasileiro em Glasgow, o embaixador preferiu não comentar. Apenas afirmou que as relações entre Brasil e Reino Unido são “fortes”. “Nosso primeiro ministro encontrou com Bolsonaro na ONU, há três semanas, para falar sobre o clima e temos uma troca muito importante. A chave da COP é a substância, e o Brasil fez uma contribuição muito importante nos últimos dois dias”, afirmou ele.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/11/2021

CHUVA REDUZ ESCASSEZ HIDRELÉTRICA, MAS AÇÕES SERÃO MANTIDAS, DIZ MINISTRO

Por Jake Spring

GLASGOW (Reuters) – O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse nesta quarta-feira que a escassez hídrica que está causando uma crise nas hidrelétricas do país, que muitos especialistas associam às mudanças climáticas, melhorou após chuvas recentes.

Durante a cúpula do clima COP26 em Glasgow, Albuquerque afirmou a jornalistas que ainda há muito trabalho a ser feito para reabastecer os reservatórios e bacias hidrológicas brasileiras. Ele repetiu declarações anteriores de que o racionamento de energia não seria necessário devido à redução da produção das hidrelétricas.



“A escassez hídrica permanece. Estamos em melhores condições agora com o início da temporada das chuvas. Nós temos um trabalho ainda para recuperar os nossos reservatórios”, disse ele.

Albuquerque afirmou anteriormente que acredita que a crise –pior período úmido em mais de 90 anos no Brasil– está ligada às mudanças climáticas que levam a secas mais extremas em todo o mundo, inclusive em lugares como a costa oeste dos Estados Unidos.

O ministro disse também que o Brasil vai incrementar ainda mais seus recursos de energia renovável, que já respondem por 85% da eletricidade do país, com o lançamento em dezembro de um marco regulatório para energia eólica offshore.

Os parques eólicos offshore serão incluídos nos leilões de energia do Brasil a partir do próximo ano, disse ele. O Brasil tem potencial para construir até 700 gigawatts em capacidade eólica offshore, de acordo com o ministério.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/11/2021

CADE MULTA RUMO EM R\$ 247 MILHÕES POR INVIABILIZAR ATUAÇÃO DE CONCORRENTE

A Rumo interditou o pátio de Santa Adélia (SP), essencial às atividades da Agrovia, impossibilitando a empresa de prestar serviços

SÃO PAULO (Reuters) - O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) anunciou nesta quarta-feira que aplicou multa de R\$ 247,1 milhões à Rumo por abusar de posição dominante e criar dificuldades para rival de transporte ferroviário na exportação de açúcar.

A penalidade refere-se a uma investigação aberta em 2016, após a rival Agrovia alegar que dependia da Malha Paulista, controlada pela Rumo, para transportar açúcar até o Porto de Santos (SP), mas que a empresa estava criando empecilhos. Por isso, a Agrovia teve que encerrar suas atividades.

A denúncia foi reforçada por investigação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que detectou indícios de irregularidades envolvendo as mesmas empresas.

De acordo com as investigações, a Rumo interditou o pátio de Santa Adélia (SP), então essencial às atividades da Agrovia, impossibilitando a empresa de prestar serviços aos clientes no período entressafra. A manutenção do pátio, segundo a ANTT, era de responsabilidade da própria Rumo.

A Agrovia não conseguiu manter suas atividades e se retirou do mercado ainda em 2016. Dessa forma, parte considerável da demanda antes atendida pela Agrovia foi realocada para a Rumo, que se beneficiou da ausência da concorrente no mercado, concluiu o Cade.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/11/2021

PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS AFETA OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTOS

Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Transportadoras de Contêineres informou que as atividades em vários terminais seguem impedidas de atuar devido a manifestação promovida pelo sindicato que representa os caminhoneiros

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A greve dos caminhoneiros, iniciada na segunda-feira, 1º, está longe de ter paralisado o País como prometiam os profissionais autônomos da categoria, mas passou a comprometer parte das operações de transporte do Porto de Santos, o maior do País.

A Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Transportadoras de Contêineres (ABTTC) informou, nesta quarta-feira, 3, que as atividades em vários terminais - sejam aqueles usados para armazenagem e reparo de contêineres vazios, ou ainda áreas para o despacho aduaneiro de exportação – “seguem impedidas de atuar devido a manifestação promovida pelo Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam).



Greve dos caminhoneiros compromete parte das operações de transporte do Porto de Santos, o maior do País Foto: Clayton de Souza/Estadão

A associação acusa o movimento grevista de, inclusive, ter impedido que as empresas trabalhem utilizando as suas frotas próprias, para fazer a retirada de contêineres vazios e a entrega de contêineres cheios nos terminais portuários, “ocasionando uma série de prejuízos aos exportadores”.

"Há inúmeros relatos de nossos associados informando danos aos veículos que tentam desempenhar as suas atividades, forçando as empresas evitarem colocar seus veículos em operação, prejudicando ainda mais o escoamento das mercadorias de exportação", afirma a ABTTC.

A associação declarou que reconhece “a legitimidade das reivindicações da categoria”, mas que “é primordial que estes atos não gerem prejuízos às empresas que necessitem manter as suas atividades” em funcionamento. “O Porto de Santos não merece ter a sua imagem maculada por movimentos extremos e desnecessários como os que estão ocorrendo com os transportadores autônomos de contêineres liderados por seus sindicatos representativos”.

O Ministério da Infraestrutura tem monitorado as manifestações desde o primeiro dia e não há, neste momento, registros de paralisações em rodovias, mas apenas no porto de Santos. As informações são de que cerca de 80% da estrutura de Santos opera normalmente e que 20% das embarcações estão sendo afetadas pela diminuição de volume, principalmente de contêineres.

No dia 1º de novembro, durante a madrugada, após a dispersão de manifestantes pela Polícia Militar de São Paulo no acesso ao Porto de Santos, foram registrados atos de vandalismo na rodovia que dá acesso ao porto. “Criminosos lançaram pedras em veículos que transitavam e danificaram um carro guincho da concessionária Ecovias. A Polícia Rodoviária Federal fez a escolta de cerca de 25 caminhões durante a noite evitando qualquer retenção na via”, informou o Minfra, na ocasião.

O ministério tem oferecido escolta para os comboios de caminhões de empresas que chegam ao local. Representantes da pasta devem se reunir hoje com as transportadoras para buscar uma forma de alinhar e reforçar a segurança dos que seguem para os terminais do litoral paulista.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/11/2021

PRESIDENTE DO STF REVERTE DECISÃO QUE HAVIA LIBERADO PROTESTO DE CAMINHONEIROS NAS ESTRADAS

Ministros não acolheram a argumentação da Abrava, que defendeu que as liminares conquistadas pelo governo contra a greve seriam de competência da Justiça do Trabalho, e não da Justiça Federal - onde tramitam os processos

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, reverteu nesta quarta-feira, 3, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que havia liberado a ocupação de rodovias federais por caminhoneiros grevistas. Os motoristas autônomos tinham conseguido, na noite de terça, derrubar 11 das 29 liminares judiciais que impedem interdições de estradas, por meio de ação da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava). O governo, no entanto, recorreu ao STF e conseguiu suspender a determinação.



Luiz Fux, presidente do STF Foto: Nelson Jr/ STF

O presidente da Corte relembrou de recente decisão da ministra Carmém Lúcia, que manteve na segunda-feira, a proibição do bloqueio de rodovias. Os dois ministros não acolheram a argumentação da Abrava, que defendeu que as liminares conquistadas pelo governo contra a greve seriam de competência da Justiça do Trabalho, e não da Justiça Federal - onde tramitam os processos.

Fux também destacou os apontamentos feitos pela União, de que uma eventual ocupação de rodovias causaria grave risco de prejuízos econômicos generalizados. "Há, ademais, pelas mesmas razões, risco à ordem e à saúde públicas consistente na possibilidade de desabastecimento de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade nas diversas cidades do país pela obstrução das interligações entre áreas de produção e de consumo", afirmou o presidente da Corte.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a decisão do TRF-1, agora suspensa, havia gerado expectativa nas entidades grevistas de que os atos às margens das estradas iriam se acentuar a partir desta quarta. Até o momento, o movimento tem fraca adesão.

A Abrava, o Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL) estão à frente da organização da paralisação. As principais reivindicações dos caminhoneiros são o cumprimento do piso mínimo do frete rodoviário, mudança na política de preço da Petrobras para combustíveis e o retorno da aposentadoria especial a partir de 25 anos de contribuição, entre outros mais de dez itens.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/11/2021

COSAN ASSINA ACORDO COM CHINESA PARA ADQUIRIR PORTO EM SÃO LUÍS

A aquisição é importante para a companhia dar prosseguimento a uma joint venture em mineração integrada

Por REUTERS - reutersein@estadao.com

A Cosan+2,53%n informou nesta quarta-feira (3) que assinou acordo com chinesa CCC para adquirir 100% do TUP Porto São Luís, segundo fato relevante.

A aquisição do projeto portuário é importante para a companhia dar prosseguimento a uma joint venture em mineração integrada pela Cosan que deve começar a produzir minério de ferro no Pará em 2025, conforme informou a empresa anteriormente.

Com a assinatura do contrato, a companhia dará seguimento ao fechamento parcial da operação, com a imediata aquisição da participação dos minoritários, representativa de 49% do capital do porto.



A Cosan disse ainda que foi assinado um memorando de entendimentos para a construção de porto, voltado ao escoamento de minério, com a Concremat e empresas do grupo CCCC.

Os contratos definitivos para construção do porto ficam condicionados ao fechamento da aquisição de 100% das ações do projeto portuário.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/11/2021

WEG VAI INVESTIR R\$ 178,2 MI PARA AMPLIAR FÁBRICA NO ESPÍRITO SANTO

Trata-se do segundo maior parque industrial da companhia, atrás somente da localizada na cidade de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, onde está a sua principal sede

Por André Jankavski, O Estado de S.Paulo

Mesmo com uma recessão a caminho em 2022, a fabricante de motores e componentes elétricos WEG decidiu anunciar mais um investimento milionário. Até 2023, a companhia vai desembolsar R\$ 178,2 milhões para a ampliação e modernização da sua planta localizada no município de Linhares, no Espírito Santo. Trata-se do segundo maior parque industrial da companhia, atrás somente da localizada na cidade de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, onde está a sua principal sede.

Para se ter uma ideia do tamanho do montante, desde a chegada da WEG no Espírito Santo, foram desembolsados R\$ 257 milhões na região. Com os novos investimentos, a planta vai ampliar a área construída de 65 mil para 79 mil metros quadrados e a WEG ainda vai contratar 250 novos colaboradores para a nova etapa. A produção total da planta, quanto todas as obras estiverem concluídas, deve crescer 30%.

De acordo com o diretor superintendente de motores comerciais e appliance da WEG, Julio Cesar Ramires, o aporte vai em linha com o crescimento da demanda que a empresa espera para os próximos anos. Nem mesmo a possível retração da economia do ano que vem – o banco Itaú, por exemplo, estima uma queda de 0,5% do PIB em 2022 –, tem diminuído o ímpeto comprador dos clientes da WEG, relata o executivo.

“Não estamos pensando apenas no ano que vem e temos conversado com os nossos clientes que se mostram esperançosos de que o ano que vem seja um bom ano. Pode não ser tão bom quanto 2021, mas praticamente todos os clientes têm nos passado planos realistas e com esperança”, diz Ramires.

Ao mesmo tempo, a WEG quer ampliar a sua participação dos produtos fabricados em Linhares no mercado externo. Isso porque, apesar de 56% das vendas de 2020 da companhia terem vindo do exterior, os motores elétricos de pequeno porte e comerciais, muitos deles destinados para a fabricação de eletrodomésticos, ainda representam uma fatia pequena das exportações da companhia.

No Espírito Santo, a empresa produz desde motores para a indústria, como os colocados em compressores, para os maquinários ligados para o agronegócio, tendo secador de grãos como exemplo, até produtos voltados para cozinha industrial, cortador de grama, entre outros. Hoje, de acordo com Ramires, 90% de toda a produção de Linhares é para o mercado local.

“Com a modernização que estamos fazendo, podemos fazer a planta ficar mais flexível para atender tanto o mercado de exportação quanto o mercado interno. Dependendo da demanda, podemos aumentar as vendas para o exterior”, diz o executivo.

As ações da WEG, que foram um dos destaques na Bolsa no ano passado com uma valorização de 120%, estão andando de lado em 2021. De janeiro para cá, a empresa registra uma queda de

0,94%, o que não deixa de ser um bom resultado tendo em vista a queda de mais de 11% registrado pelo Ibovespa no mesmo período.

Um dos motivos para a resistência da empresa no mercado de capitais está nos seus resultados, que têm agradado analistas e investidores. No terceiro trimestre, a empresa teve uma alta de 26,2% no seu lucro, a R\$ 812,9 milhões. A alta da receita foi ainda maior: 29,1%, alcançando R\$ 6,1 bilhões. E por ter um portfólio variado de produtos voltados para uma economia verde, como eletrificação de veículos, armazenamento de energia e utilizar fontes de energia limpa para a sua indústria, o Bank of America acredita que a empresa tem um futuro promissor pela frente. Não por acaso, o banco americano enxerga um potencial de alta de quase 30% nas suas ações.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/11/2021

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: SUBSTITUIÇÃO DO PETRÓLEO É O DESAFIO PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES

Para alcançar a meta de zerar a emissão de carbono na atmosfera até 2050, demanda pela commodity terá de cair 75%

Por Renée Pereira

Num mundo em transformação, em que a sustentabilidade ganha cada vez mais relevância, o futuro do petróleo tem sido colocado em xeque. No caminho da descarbonização e das medidas para limitar o aquecimento global, conforme previsto no Acordo de Paris, o produto – símbolo da segunda revolução industrial – terá de abrir espaço a outras fontes de energia, menos poluentes e, em alguns casos, mais baratas. Ainda não há consenso sobre quando seria o pico de demanda do óleo, mas varia de 2030 a 2040. A partir dessa data, haveria o declínio do uso.

Mas essa redução depende de uma série de fatores, como a intensidade de empresas e governos na adoção de políticas de diminuição das emissões. De acordo com relatório da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), para zerar as emissões de carbono em 2050, a demanda de petróleo teria de cair 75%, para 24 milhões de barris por dia. As previsões da multinacional BP apontam para queda de 68% e, da Shell, de 20%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural (IBP).

Carbono zero

É um cenário mais auspicioso, que mostra o caminho para zerar as emissões líquidas de carbono até 2050 e limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C

Cenário de políticas declaradas

É um cenário mais conservador e não considera que os países vão atingir todas as metas anunciadas. Avalia até onde o sistema energético pode chegar sem grandes intervenções dos formuladores de política

Opep

Cenário traçado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que prevê alta na demanda, pelo menos, até 2045

As projeções da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), no entanto, apontam para aumento da demanda até 2045. A explicação é que o mundo precisará de petróleo para fazer a transição energética. E isso vai demandar investimentos. “Não há transição energética sem a indústria fóssil, que tem densidade maior. Ela vai garantir a segurança energética durante esse período, vai financiar a mudança”, afirma a diretora executiva Corporativa do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Cristina Pinho.

Mesmo assim, ela entende que a demanda de petróleo cairá no futuro não só pela mudança de comportamento da sociedade, mas também pelas novas tecnologias que serão criadas. A executiva acredita que o preço do óleo estará mais estreito a partir de 2035, o que tornaria menos viável a exploração de reservas mais difíceis e complexas. “No Pré-Sal, até US\$ 35 (o barril) ainda valeria a pena a exploração.”



Exploração do pré-sal valeria a pena até o preço de US\$ 35**FABIO MOTTA/ESTADÃO**

No Brasil, o fato de o País ter uma matriz mais limpa, por causa das hidrelétricas, pode significar uma vida mais longa para a indústria de petróleo. Alguns segmentos vão continuar precisando de óleo em suas produções. Nesse cenário, o País seria fornecedor de empresas ou de outras nações que não poderiam mais elevar suas emissões por causa das metas estabelecidas.

Atualmente, segundo o IBP, 85% da matriz elétrica brasileira é renovável, enquanto a média mundial é de 23%. Na matriz energética - que inclui também o petróleo -, a energia limpa representa 48% e no mundo, 14%. Segundo a sócia fundadora da Catavento Consultoria, Clarissa Lins, nosso desafio está mais relacionado ao desmatamento do que revirar de ponta cabeça a matriz elétrica. “Temos a terceira matriz mais renovável do mundo, atrás apenas de Islândia e Noruega.”

2020

Início da trajetória para alcançar a meta de zerar as emissões de CO2 até 2050 e limitar o aumento da temperatura em 1,5° C

2030

Se as medidas forem adotadas, haverá o acesso universal à energia, todas as construções serão carbono zero, 60% das vendas globais serão de carros elétricos e haverá um acréscimo de 1.020 GW de energia solar e eólica

2050

Mais de 85% das construções serão carbono zero, mais de 90% da produção das indústrias pesadas será de baixa emissão e cerca de 70% da geração elétrica será solar e eólica. Metade dos combustíveis usados na aviação será de baixa emissão



Na avaliação do sócio diretor de indústria da consultoria Roland Berger, Marcus Ayres, uma dificuldade no caminho da redução da demanda de petróleo está associada aos grandes bolsões espalhados pelo mundo e que devem passar por desenvolvimento nos próximos anos. “Nesse caso, é complicado sair de um ponto X para outro mais avançado. A Índia vai aumentar sua frota de veículos, mas será a combustão?”, questiona o executivo.

Para Veronica, demanda por petróleo ainda vai existir por muitas décadas**ALEX FERRO/DIVULGAÇÃO**

Para ele, o futuro do petróleo passa também pela transformação de uma série de indústrias que dependem do insumo – ou seus derivados – como matéria-prima, como é o caso do setor químico, de cimentos, aviação e transporte marítimo. Tudo isso influencia no mercado. “A demanda por petróleo vai existir por muitas décadas. O que temos

de fazer é encontrar alternativas para conviver com ela, uma vez que as mudanças climáticas são uma realidade”, diz a presidente da Equinor no Brasil, Veronica Coelho.

Uma saída é investir em soluções capazes de fazer a captura, o sequestro e o armazenamento das emissões de carbono – ou promover o reflorestamento. Ao mesmo tempo, é preciso desenvolver novas tecnologias que suportem a demanda mundial por energia. “Durante muito tempo as exigências eram de faz de conta. Agora, muitos países tendem a forçar as empresas a adotar planos concretos de redução das emissões”, afirma Helder Queiroz, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na União Europeia, por exemplo, o plano é que, a partir de 2035, todos os carros vendidos nos países do bloco tenham propulsão elétrica, incentivando a extinção do motor a combustão. Para abastecer essa frota, que pode chegar a 56 milhões de carros vendidos em 2030, a aposta do mundo está na expansão das fontes renováveis como a energia eólica e a solar. Serão necessários investimentos da ordem de US\$ 4 trilhões para atender à demanda mundial.

Durante muito tempo as exigências eram de faz de conta. Agora, muitos países tendem a forçar as empresas a adotar planos concretos de redução de emissões”

Segundo Monique Gonçalves, gerente sênior de Relações Corporativas e Assuntos Regulatórios da Shell Brasil, a produção de petróleo da empresa atingiu o pico em 2019 e, a partir de agora, pode ter um declínio de até 2% ao ano. No mundo, a companhia terá nove países-chave na produção do óleo. O Brasil é um deles – no início do mês, o grupo ganhou a licitação de cinco blocos no País.

A BP também seguiu a mesma linha e decidiu reduzir a produção de petróleo em 40%, ficando apenas com as reservas mais produtivas. “Em 2020, definimos a nova estratégia que é zero emissão de carbono em 2050. Isso inclui as emissões da nossa produção, da matéria-prima que usamos e dos produtos que vendemos”, diz o presidente da BP Brasil, Mario Lindenhayn.

Na Petrobras, a situação é diferente. A expectativa da empresa é que até 2040 haverá aumento da demanda pelos combustíveis fósseis. Depois, haverá um platô até 2060 e queda em seguida. Isso porque as economias mais maduras vão reduzir, mas os emergentes vão continuar com demanda em alta, diz o diretor de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade, Roberto Ardenghy. “Nosso princípio é que a transição energética virá de forma gradual”, afirma o executivo, destacando que o volume de ativos relacionados ao petróleo é da ordem de US\$ 23 trilhões.

Petroleiras viram empresas de energia e apostam em eólicas e solar

Diante da pressão de governos, da sociedade e dos acionistas para reduzir as emissões de carbono, multinacionais antes reconhecidas como grandes petroleiras agora querem ser classificadas como empresas de energia. Para mudar o status, estão investindo pesado em fontes renováveis como contribuição à descarbonização da economia. A lista inclui BP, Shell e Equinor, que apostam na expansão da geração eólica e solar e no desenvolvimento do hidrogênio para diversificar o portfólio nos próximos anos.

“As empresas precisam sinalizar para seus acionistas que vão continuar crescendo (mesmo num cenário de redução de demanda do petróleo)”, diz o professor do Instituto de Economia da UFRJ, Helder Queiroz. Nesse aspecto, diz ele, o Estado precisa ter a capacidade de guiar o setor privado, dando sinais de que haverá uma transformação para uma economia de baixo carbono.

Para alcançar a meta de zerar as emissões até 2050, as energias renováveis teriam de ocupar quase 90% da geração global de eletricidade

A Shell, uma das empresas que têm promovido a diversificação do portfólio, apresentou aos acionistas seu plano de reduzir em 20% as emissões até 2030, 45% até 2035 e ter a neutralidade até 2050. Além de descarbonizar os projetos existentes, a empresa vai investir US\$ 3 bilhões em energia renovável (15% do valor total de investimentos da empresa), como eólica offshore (no mar), solar e biocombustível (etanol de segunda geração).

No Brasil, são cinco parques solares em Minas Gerais, além de projetos em análise de eólicas onshore (terra) e offshore. “Também estamos avaliando aquisições de projetos (dessas fontes de energia) em desenvolvimento para acelerar a capacidade e o conhecimento no assunto. Não temos tempo a perder”, diz Monique Gonçalves, gerente sênior de Relações Corporativas e Assuntos Regulatórios da Shell Brasil. Segundo ela, o objetivo é mudar o portfólio e os rumos da empresa nesse novo cenário.



Monique diz que plano da Shell é alcançar a neutralidade de carbono até 2050**ALESSANDRO COSTA/SHELL**

A estratégia da BP vai na mesma direção. A companhia já anunciou que vai mudar os focos dos investimentos e multiplicar por dez os recursos aplicados em energia renovável nos próximos dez anos. Serão US\$ 5 bilhões investidos no mundo. A capacidade instalada dessas fontes vai saltar de 2,5 gigawatt (GW), em 2019, para 50 GW. Além disso, há o compromisso de aumentar em cinco vezes a produção de bioenergia em dez anos, diz o presidente da multinacional, Mario Lindenhayn. Outro interesse do grupo é o desenvolvimento do hidrogênio, que está sendo estudado em 7 hubs da companhia, na Europa e Austrália.

Segundo o executivo, o Brasil tem grande relevância no plano estratégico da BP. A empresa tem uma joint venture com a Bunge para ampliar a produção de biocombustíveis. O objetivo, segundo Lindenhayn, é elevar em 30% a produção de cana para alcançar a capacidade máxima atual de 32 milhões de toneladas. Só neste ano, serão investidos R\$ 1,5 bilhão em plantio e tratamentos culturais para aumentar a eficiência. Em solar, o pipeline de projetos da empresa é de 2 GW. No momento, a BP está construindo um parque solar no Ceará de 200 MW, que deve ser concluído em 2023. “Essa é uma mudança sem volta. Por isso, estamos entrando em áreas em que não estávamos presentes.”



Lindenhayn diz que BP vai multiplicar por dez investimentos em energia renovável nos próximos dez anos**FELIPE RAU/ESTADÃO**

A energia solar também é a aposta da Equinor no Brasil. O primeiro projeto da empresa foi construído em parceria com a Scatec, em Quixeré, no Ceará, e tem capacidade para gerar 162 MW. No mundo, no entanto, a principal atividade da Equinor é a eólica offshore. No mar, diz a presidente da empresa, Veronica Coelho, é possível usar turbinas com capacidade maior em relação aos parques onshore (em terra). “O objetivo é transferir o conhecimento adquirido nas plataformas de petróleo para o setor. Em termos de engenharia, os projetos são similares”, diz Veronica.

A empresa acaba de vencer uma licitação para a construção de um parque offshore de mais de 3 GW de energia nos Estados Unidos - quando concluído, deverá ser um dos maiores do mundo. Segundo ela, no Brasil, a regulamentação desse tipo de projeto offshore ainda precisa ser amadurecido para receber investimentos pesados. “É preciso esclarecer como seria a

homologação do parque e qual agência vai regular, por exemplo.” Ainda assim, Veronica diz que a empresa tem projetos em estudo no Norte do Rio de Janeiro e Sul do Espírito Santo.

Na avaliação da sócia-fundadora da Catavento Consultoria, Clarissa Lins, a redução da demanda de petróleo só será possível com o investimento massivo em novas tecnologias e energia renovável. Segundo o relatório Net Zero Carbon, da Associação Internacional de Energia, o volume total de investimentos em energia deve alcançar US\$ 5 trilhões por ano em 2030. Se esse cenário se concretizar, em 2050, quase 90% da geração de eletricidade virá de fontes renováveis, como a energia eólica e solar, que juntas vão responder por quase 70% da geração total. “A descarbonização da economia só vai ocorrer com a mudança na oferta e na forma como a sociedade, a indústria e os meios de transporte usam a energia.”

Para Diego García, sócio da consultoria Bain & Company em Buenos Aires, as empresas terão um risco maior se não investir na mudança de portfólio. “Sem criar uma carteira de opções que possam depois acelerar e crescer, as companhias podem ficar completamente fora do negócio. Hoje, salvo pequenas empresas e petroleiras mais locais, não vejo as grandes empresas - nem nacionais nem privadas - fazendo só o jogo do petróleo.” O importante neste momento, diz ele, não é fazer grandes investimentos, mas experimentar novas tecnologias.

Petrobras aposta na descarbonização de projetos existentes

Ao contrário das demais empresas de petróleo, a Petrobras ainda não tem um plano traçado para investir em energias renováveis, como eólica e solar. A estatal aposta em projetos de descarbonização de seus processos para reduzir as emissões. O diretor de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade da empresa, Roberto Ardenghy, diz que a companhia trabalha com o cenário de que a demanda de combustíveis fósseis vai continuar subindo até 2040 e só depois de 2060 é que haveria um declínio.



Ardenghy diz que poços de petróleo da estatal têm baixa emissão WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Ele diz que os poços de petróleo da empresa já têm baixa emissão. Na média, são 17 quilos de CO2 por barril de petróleo. A média mundial, diz o executivo, é de 30 quilos e, em alguns lugares da África, de 70. Para diminuir ainda mais as emissões de suas reservas, uma saída é reinjetar o CO2. Além da questão ambiental, o processo também aumenta a pressão no reservatório e melhora a produtividade.

Ardenghy diz que todos os projetos da estatal têm uma pegada de descarbonização e têm de ser viáveis economicamente, entre US\$ 35 e US\$ 50.

“No futuro, quando meu cliente vier comprar de mim, ele não vai querer saber só o preço do produto, mas também quanto de carbono foi emitido”, diz Ardenghy. Segundo ele, a Petrobras está numa situação diferente de outras companhias porque sua produção não tem muitos contaminantes. “Ainda tenho oportunidades de negócios e de descarbonização. Se tivesse em outra situação, investiria em outras fontes.”

No futuro, quando meu cliente vier compra de mim, ele não vai querer saber só o preço do produto, mas também quanto de carbono foi emitido

Roberto Ardenghy, diretor da Petrobras

Outra frente que a empresa aposta é na produção do diesel verde. Atualmente a companhia tem unidades de tratamento de hidrogênio com capacidade ociosa. Essas plantas serão usadas para processar o óleo vegetal.

A empresa deve investir US\$ 1 bilhão entre 2021 e 2025 para reduzir as emissões. Cerca de um terço de tudo que foi emitido será reduzido até 2025 e até 2030 será encerrado o processo de queima nas plataformas.

De qualquer forma, Ardenghy diz que está atento a outras formas de energia, mas para o futuro. A lista inclui o hidrogênio, eólica offshore e gasolina natural de hidrogênio.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/11/2021

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

VALE TEM MENOR PREÇO DO ANO E PETROBRAS ASSUME POSTO DE EMPRESA COM MAIOR VALOR DE MERCADO

Desde o início de outubro, as duas companhias brasileiras já trocaram de posição três vezes

Por Nelson Niero, Valor — São Paulo

A ação da Vale, em queda de 7%, caminha para fechar o dia no menor preço do ano, por volta de R\$ 67, depois de ter chegado ao pico de R\$ 106 no fim de julho. Com isso, a Petrobras, apesar de acompanhar a cotação do petróleo, que fechou na maior queda em três meses, assume o posto de empresa mais valiosa da bolsa.

Desde o início de outubro, as duas companhias trocaram de posição três vezes. Até então, a Vale reinou absoluta.

Depois de recordes de alta neste ano, o minério de ferro, principal produto da mineradora, passa por uma fase de ajuste, atrelado aos humores da China, o maior consumidor dessa matéria-prima para fabricação do aço.



Petrobras — Foto: Imagem Valor Econômico

A commodity, que chegou a passar de US\$ 220 a tonelada, foi negociada a US\$ 100 nesta quarta-feira, no porto chinês de Qingdao, recuperando parte das perdas de terça, quando fechou a US\$ 95,77, queda de 7%.

Desde o auge em julho, a ação da Vale perdeu 37%, ou algo em torno de R\$ 263 bilhões de valor de mercado. Com essa sangria, ficou difícil segurar a posição no ranking, apesar de a Petrobras também não estar nos melhores dias, mesmo com a tendência de alta do petróleo.

A estatal é travada pela pressão política para conter os preços dos combustíveis, um ruído constante que impede a valorização da petroleira no ritmo de seus pares. O papel da Petrobras acumula alta de meros 5% no ano, muito atrás de Exxon, Shell e Chevron, cujos recibos de ação negociados no Brasil valorizaram-se 70%, 45% e 38%, respectivamente, desde janeiro.

Nesta quarta-feira, os dois pesos-pesados trabalharam juntos para segurar o Índice Bovespa, que estava às 16h40, levemente acima da linha d'água.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/11/2021



COMMODITIES: GRÃOS ACOMPANHAM PETRÓLEO E RECUAM EM CHICAGO

Soja, milho e trigo encerraram o dia em baixa

Por Rikardy Tooge e Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

Em dia de aversão ao risco no mercado de commodities, soja, milho e trigo fecharam em queda na bolsa de Chicago. Os preços dos grãos acompanharam a forte desvalorização de outros produtos básicos, em particular do petróleo, que recuou mais de 3% nesta quarta-feira, sob a expectativa do mercado com a reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos.

O vencimento da soja para janeiro, o mais negociado, cedeu 0,96% (12 centavos de dólar), a US\$ 12,4425 o bushel. Já a posição seguinte, que vence em março, recuou 0,93% (11,75 centavos de dólar), para US\$ 12,5525 por bushel.

“Uma correção ocorreu hoje no mercado, já que o recente rali que experimentamos ficou sem impulso. Isso foi provocado por vários pequenos fatores, mas uma reversão nos mercados externos foi central, principalmente o complexo energético”, disse o analista Karl Setzer, da AgriVisor, em relatório.

O mercado esperava que o Fed anunciasse uma redução gradual do nível de compras mensais de ativos, atualmente em US\$ 120 bilhões — o que se confirmou já perto do fim do pregão. Esse movimento poderá levar a autoridade monetária americana os juros do país em breve. Hoje, porém, o Fed optou por manter a taxa básica.

As notícias sobre o Federal Reserve geraram preocupações sobre a demanda futura em caso de desaceleração da economia dos EUA, acrescentou Setzer. Além disso, o bom andamento do plantio no Brasil, maior produtor mundial de soja, e da colheita nos Estados Unidos já limitam avanços mais expressivos dos preços da oleaginosa.

Para os próximos pregões, o mercado deverá ficar de olho nos dados semanais de exportações americanas, que o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) divulgará amanhã. Depois disso, as atenções voltam-se ao relatório mensal de oferta e demanda que o órgão divulgará na próxima terça-feira.

No Brasil, as exportações do grão foram de 2,92 milhões de toneladas no mês passado, de acordo com relatório divulgado pela Associação Nacional de Exportadores de Cereais (Anec). O volume é 34,4% maior que o de outubro de 2020, quando os embarques somaram 2,17 milhões de toneladas.

De janeiro a outubro deste ano, o Brasil exportou 81,9 milhões de toneladas de soja, um aumento de 0,6%, ou 500 mil toneladas, em comparação com o mesmo período do ano passado. As vendas externas até outubro ficaram bem próximas do total exportado em todo o ano de 2020, que foi de 82,3 milhões de toneladas.

Para este mês, as exportações brasileiras de soja deverão chegar a 1,93 milhão de toneladas, segundo cálculo da Anec feito com base nas programações dos portos. Se a previsão se confirmar, será um aumento de 150,6% em relação a novembro de 2020, quando as exportações foram de 770,3 mil toneladas.

Ainda no Brasil, a consultoria americana StoneX atualizou sua previsão para a safra de soja 2021/22. A estimativa de produção aumentou na comparação com o mês passado, de 144,3 milhões de toneladas para 144,7 milhões de toneladas, o que seria um novo recorde no país.

Segundo a consultoria, o clima em setembro e outubro foi muito benéfico para as lavouras, com boas chuvas em várias regiões produtoras, mas modelos meteorológicos indicam tempo mais

seco que o normal em novembro na região Sul, além da possibilidade de repetição do fenômeno La Niña. “Apesar das incertezas, a perspectiva continua bastante favorável para a safra da soja, com o clima muito positivo nos primeiros meses do ciclo”, disse a StoneX, em nota.

Nas negociações do milho, os contratos para dezembro, os mais líquidos na bolsa de Chicago no momento, caíram 1,57% (9 centavos de dólar), para US\$ 5,640 o bushel. A segunda posição, para março, desvalorizou-se 1,55% (9 centavos de dólar), a US\$ 5,7225 por bushel.

Além da fuga dos investidores de ativos considerados mais arriscados, como é o caso das commodities, também os novos dados sobre a produção de etanol nos Estados Unidos puxaram a queda do milho. No país, o grão é a principal matéria-prima para a fabricação do biocombustível.

Na semana encerrada em 29 de outubro, a produção de etanol nos EUA chegou a 1,107 milhão de barris por dia, um aumento de apenas 0,09% em relação aos sete dias anteriores segundo a Administração de Informação de Energia (EIA, na sigla em inglês). O número ficou dentro do esperado por analistas ouvidos pelo jornal “The Wall Street Journal”, que projetavam algo entre 1,08 milhão de barris a 1,12 milhão de barris.

O volume diário de produção da última semana é o segundo maior já registrado no país — o maior, de 1,108 milhão de barris, ocorreu em dezembro de 2017 —, mas os operadores esperavam que o recorde fosse quebrado já nesta quarta. Para os estoques, a EIA aumentou sua projeção em 200 mil barris, para 20,13 milhões de barris. Os analistas esperavam estoques entre 19 milhões a 19,94 milhões de barris.

No Brasil, as exportações de milho totalizaram 1,85 milhão de toneladas no mês passado, uma queda de 59,1% em relação a outubro de 2020, quando chegaram a 4,53 milhões de toneladas, de acordo com a Anec. De janeiro a outubro de 2021, os embarques totalizaram 14,5 milhões de toneladas, ou 41% a menos do que as 24,6 milhões de toneladas do mesmo período do ano passado.

Para este mês, a expectativa é de uma redução ainda maior, de 60,2%, na comparação com novembro de 2020. A previsão da Anec, baseada na programação dos portos, é de embarques de 1,96 milhão de toneladas; em novembro do ano passado, as vendas ao exterior foram de 4,94 milhões.

A StoneX prevê colheita de 87,5 milhões de toneladas na safrinha de milho de 2021/22, um recorde. “Em meio a um bom ritmo de plantio da soja, o cenário aponta para que grande parte da segunda safra de milho possa ser semeada dentro da janela ideal, o que seria favorável para sua produtividade”, disse, em nota, João Pedro Lopes, analista da consultoria.

Após forte quebra na última safrinha, os preços elevados estimulam um aumento de área para o ano que vem, segundo a StoneX. A perspectiva é que a área de cultivo cresça 7,4%, chegando a 15,4 milhões de hectares.

“Com a recuperação da oferta, há espaço para que o Brasil volte a ocupar o posto de segundo maior exportador mundial de milho”, acrescentou Lopes. Ele estima que os embarques da safra nova chegarão a 41 milhões de toneladas.



Já a estimativa de produção de milho primeira safra 2021/22, que está sendo plantada neste momento, é de 30,4 milhões de toneladas. O número representa um ajuste de 1,2% em relação às 30,05 milhões de toneladas da projeção divulgada no mês passado.

Produção de milho em Illinois, nos EUA — Foto: Daniel Acker/Bloomberg

O trigo também caiu em Chicago nesta quarta, em uma combinação de fuga do risco e correção de preços. O papel para dezembro, o mais ativo no momento, encerrou o dia em baixa de 1,33% (10,50 centavos de dólar), a US\$ 7,810 o bushel. A segunda posição, para março, por sua vez, recuou 1,34% (10,75 centavos de dólar), para US\$ 7,9275 o bushel.

O cereal foi pressionado pela baixa generalizada dos grãos na bolsa americana, mas também está passando por realização de lucros após atingir máximas históricas recentemente, segundo relatório do Commerzbank divulgado hoje. Além de o cereal ter se aproximado dos US\$ 8 por bushel, sua maior cotação em Chicago em nove anos, na bolsa de Paris, referência para as negociações na Europa, ele rondou os 300 euros por tonelada, o que seria um recorde. Nos dois casos, os preços começaram a cair ao chegarem perto de sua resistência técnica.

Mas, a despeito do recuo, o cenário ainda indica restrição de oferta na safra 2021/22, especialmente com o risco de quebra na Rússia, maior exportador global. “A queda de preços que vimos desde ontem provavelmente não é nada mais do que uma pausa. Contanto que não haja sinais de desaceleração da demanda em virtude do nível elevado de preços, acreditamos que novas altas estão no horizonte”, acrescentou o banco alemão.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/11/2021

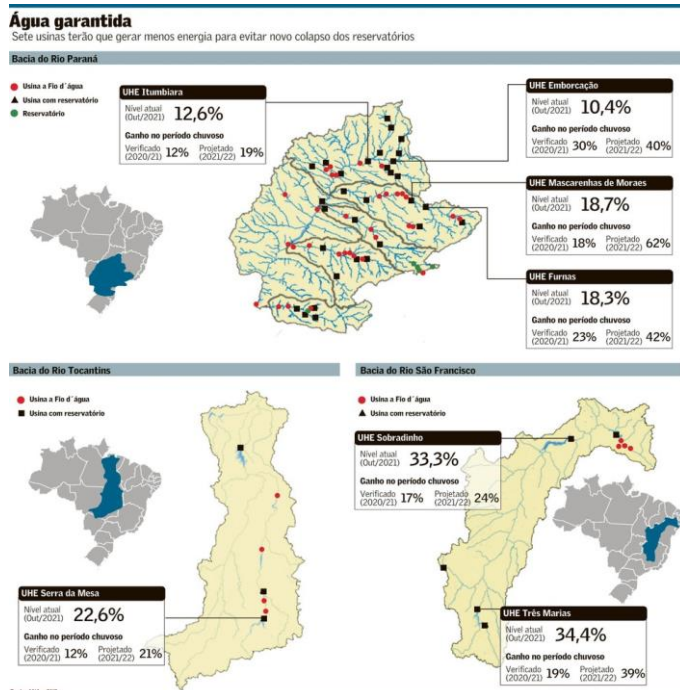
ANA LIMITA GERAÇÃO DE USINAS PARA POUPAR ÁGUA



Estratégia da agência é manter medidas emergenciais mesmo no período chuvoso
 Por Rafael Bitencourt e Daniel Rittner — De Brasília

Reservatório da usina de Marimondo com baixo volume de água durante a estiagem deste ano: regulação da vazão deve permitir um 2022 mais tranquilo — Foto: Ferdinando Ramos/Agência O Globo

Após ser beneficiado com medidas excepcionais para livrar o país de novo racionamento, o setor elétrico é pressionado a manter parte das ações emergenciais para, desta vez, garantir a recuperação do nível de armazenamento de sete reservatórios estratégicos no período chuvoso, entre dezembro deste ano e abril do ano que vem. A estratégia foi definida pela Agência Nacional de Águas (ANA), que tomou sua primeira decisão nesse sentido ao aprovar um plano de contingência para encher reservatórios.



“Num primeiro momento, abrimos a possibilidade de usar mais água para gerar mais energia. Agora, nós vamos restringir um pouco para garantir a segurança hídrica nos próximos anos”, disse ao Valor o diretor interino da agência, Joaquim Gondim Filho. “A ANA, como guardião dos usos múltiplos das águas, tem que garantir essa segurança e, eventualmente, estabelecer alguma restrição”, completou.

Uma delas é a UHE Serra da Mesa, no rio Tocantins, que terá a vazão reduzida de 369 para 100 metros cúbicos por segundo (m³/s). No rio São Francisco, a UHE Três Marias, cairá de 405 para 150 m³/s, e a



UHE Sobradinho, de 1.215 para 700 ou 800 m³ /s, a depender das implicações sobre os usos múltiplos na bacia.

Outras quatro hidrelétricas fazem parte da Região Hidrográfica do Paraná, apesar de estarem em dois rios diferentes. No rio Paranaíba, a UHE Itumbiara terá o corte na vazão de 672 para 490 ou 784 m³ /s, definição também condicionada à avaliação dos impactos, e a UHE Emborcação, de 205 para 104 m³ /s. E, no rio Grande, a UHE Furnas terá um corte de 551 para 300 m³ /s, e a UHE Mascarenhas de Moraes, de 627 e 300 m³ /s.

O plano inclui ainda as UHE Jupia e UHE Porto Primavera, estas sim do rio Paraná. Elas não terão controle de vazão por serem consideradas usinas “fio d’água” - sem reservatório, pois produzem energia apenas com o fluxo natural do rio. Porém, a agência negocia questões relacionadas aos aspectos ambientais para também adotar medidas para melhorar a eficiência do uso da água.

Gondim contou que a ANA chegou a calcular o ganho do volume de água nos sete reservatórios até abril do ano que vem, quando encerra o período chuvoso (Ver quadro ao lado). Segundo ele, a agência usou um referência conservadora: o regime de chuvas do ciclo 2020-2021, que foi o pior dos últimos 91 anos para as regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Com isso, mesmo se repetir o cenário hídrico ruim deste ano, o reservatório de Furnas, por exemplo, conseguiria elevar o volume útil de água em 42% da sua capacidade máxima, que se somaria ao nível que já terá no início de dezembro.

No último período chuvoso, a barragem recuperou apenas 23% da sua capacidade, pois nenhuma medida foi tomada com o objetivo de encher reservatório. Atualmente, ela está com apenas 18,7% do seu reservatório cheio.

“O reservatório de Furnas não conseguiu encher nos últimos sete anos. Vamos garantir que ele fique com volumes superiores ao dos anos anteriores”, afirmou Gondim. Ele lembra que o setor elétrico conta com maior grau de liberdade de gestão do que o sistema hídrico, pois uma rede de transmissão pode manejar cargas entre as diferentes regiões enquanto o excesso de água de uma determinada bacia não pode ser transferido para outra

O controle de vazão previsto no plano da ANA começará a valer em dezembro, logo quando se encerra a vigência da declaração de situação crítica de escassez na Região Hidrográfica do Paraná - seus rios reúnem grande parte da geração hidrelétrica do país.

A iniciativa da agência de encher os reservatórios chegou no momento em que o “comitê de crise” do governo, criado para tomar as medidas excepcionais contra o racionamento, deve começar a encerrar trabalhos.

A chamada Creg funcionária até o fim de dezembro, conforme definiu a medida provisória de sua criação (MP 1.055/21), porém ela poderá ser desmobilizada esta semana, no dia 7 de novembro, quando encerra o prazo de aprovação do texto pelo Congresso. O setor dá como certo que a MP vai “caducar”, diante da tentativa frustrada de parlamentares de incluir emendas alheias ao texto original, os “jabutis”.

“Não será preciso criar uma ‘nova Creg’ para encher reservatórios porque a ANA já tem o arcabouço legal necessário para fazer isso”, destacou Gondim. Ele, que chefiava a divisão de “eventos críticos” da agência, afirmou que a agenda regulatória do órgão prevê a edição de resoluções para buscar novos avanços institucionais e tentar conciliar os usos da água.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 03/11/2021

ACABOU A GLOBALIZAÇÃO “LOW COST”, DIZ PROFESSOR DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE LAUSANNE

Especialista afirma que próxima etapa da globalização é a da economia de baixo carbono, com custo de produção elevado e margem de lucro menor

Por Assis Moreira, Valor — Genebra

A globalização “low cost” acabou. Não se trata só de ruptura nas cadeias de abastecimento, mas de uma mudança de estrutura da economia mundial. A próxima etapa da globalização é a da economia de baixo carbono. As empresas vão ter custo de produção mais elevado e margem de lucro menor provavelmente de forma duradoura.

A avaliação é do professor Stephano Garelli, do IMD, a Escola de Administração de Lausanne, reconhecida como uma das melhores do mundo na área de gestão. Ele é também professor da Universidade de Lausanne. Fundou e foi diretor por 25 anos do Centro de Competitividade Mundial do IMD, que publica relatório anual comparando o desempenho dos países.

Em entrevista ao Valor, Garelli nota que o custo de produção está aumentando de maneira considerável em todas as regiões do mundo. Acha que o encarecimento das matérias-primas vai perdurar. Em um ano, o preço do petróleo foi multiplicado por quatro, o do gás natural por sete e o do carvão por dois. O custo do transporte explodiu, principalmente do marítimo, que faz 80% do comércio internacional. O custo dos contêineres foi multiplicado por 10 em um ano.

Repentinamente, não há caminhoneiros suficientes na Europa. Faltam 400 mil no Velho Continente para transportar as mercadorias. Também falta mão de obra em vários setores, incluindo para descarregar os navios e fazê-los partir dos portos. Tudo isso alimenta a inflação, que, por sua vez, leva sindicatos a pressionar por alta salarial. De todos os lados, o custo para as empresas vai aumentar provavelmente de maneira duradoura.

“A globalização foi, durante décadas, fator de redução de custo para as empresas, porque os salários eram mais baixos na China e outros lugares, mas agora é o contrário que está ocorrendo, tudo está aumentando”, diz Garelli.

Não se trata de desglobalização, mas sim de “deslocamento”, na sua interpretação. A economia mundial é muito integrada para ser desmontada rapidamente. Em contrapartida, os novos modelos econômicos vão privilegiar a confiabilidade e a resiliência, mais que a eficácia de custos, em sua avaliação.

Ter economias mais resilientes e mais sustentáveis custa mais caro, o que certamente vai alimentar um pouco o aumento dos preços em todo lugar.

“O primeiro capítulo da globalização, o da eficácia de custos, acabou. O próximo é o da economia sustentável. O custo social, econômico e geopolítico dessa revolução é enorme. Para as empresas, o preço será em termos de menos lucratividade”, segundo Garelli. Ou seja, para as companhias a globalização não será mais um fator de baixa de custos. Inovações tecnológicas ou robotização compensação em parte a fatura, mas não para todo mundo e nem rapidamente.

Para o professor, ocorre uma mudança estrutural da economia mundial. “Há fatores conjunturais, como o congestionamento nos portos do mundo, espera-se que até o verão [julho do ano que vem] a situação volte ao normal. Mas há coisas que vão ficar, como o custo da transição energética. O custo do carbono emitido está aumentando de maneira considerável. Os salários também vão começar a aumentar nos EUA e na Europa. Na China, vista como a fábrica de produção do mundo, o nível de vida aumenta e há preocupação de trabalhar em ambiente também mais limpo e o custo sobe”.



A questão é se as companhias podem transferir a fatura aos consumidores. No fundo, são os consumidores que querem uma economia mais limpa e sustentável, e isso custa caro. “Se eles vão aceitar pagar, é outra coisa”, diz. Na esteira da pandemia, as famílias têm excesso de poupança de cerca de 5% a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) na Europa e de 12% nos EUA. Mas o professor nota que os consumidores ficaram habituados a preços baixos e isso vai persistir.

Garelli nota, de um lado, que as companhias vão enfrentar muito mais questões por parte da sociedade civil e não terão como negligenciar as demandas de mais sustentabilidade e mais ética. De outro, elas vão estar também sob mais pressão política para fabricar mais perto de seus mercados nacionais, sobretudo no caso de certas tecnologias, para serem menos dependentes. China, EUA, Europa vão querer produzir suas próprias tecnologias importantes. Entre os países, quem perde e quem ganha? A resposta de Garelli é de que todos acabam perdendo um pouco nesse cenário.

Também os mercados financeiros, habituados a empresas com margem enorme de lucros, deverão rever suas expectativas de rentabilidade, aponta Garelli.

Ele vê o Brasil com enormes oportunidades, mas considera que a questão é qual será o papel da política na economia. “Isso cria muitas incertezas e dificuldades em muitos países. A equação política se torna mais e mais importante, e se aplica ao Brasil e a muitos países no mundo”, diz.

Sobre o impacto da Conferência do Clima de Glasgow, o professor vê muitas metas anunciadas sem que se saiba como serão implementadas. Mas acha que uma consequência imediata para as empresas será sobre o preço das emissões de carbono. Mais e mais países planejam cobrar fortemente dos poluidores.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/11/2021

MINÉRIO DE FERRO SOBE 4,52% NO PORTO CHINÊS E SAI A US\$ 100,10 A TONELADA

No ano, entretanto, a principal matéria-prima do aço acumula perdas de 37,62%

Por Ana Paula Machado, Valor — São Paulo

As restrições à produção siderúrgica na China têm acelerado o ajuste dos preços do minério de ferro nos portos chineses no ano, apesar da alta apurada nesta quarta-feira.

Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com 62% de teor de ferro foi cotado nesta quarta-feira a US\$ 100,10 a tonelada no porto chinês de Qingdao. Esse valor representou uma alta de 4,52% em relação ao dia anterior.

No ano, entretanto, a principal matéria-prima do aço acumula perdas de 37,62%. Em novembro, a commodity ainda apresenta recuo de 6,69%.

Os futuros do minério de ferro de referência na bolsa de Dalian caíram 0,4%, para 590 yuans por tonelada, ou US\$ 92,9 por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/11/2021

DOMMO: SENTENÇA EM ARBITRAGEM CONTRA PETRONAS BRASIL PODE SAIR ATÉ JANEIRO DE 2022

Dommo fala que a subsidiária da companhia malaia violou os termos de um acordo firmado em maio de 2013 para a aquisição de participação no campo de Tubarão Martelo, localizado na Bacia de Campos

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo

A Dommo Energia informou ao mercado nesta quarta-feira que os procedimentos de arbitragem contra a Petronas Brasil, em curso na Câmara de Comércio Internacional, estão em estágio final.

“Segundo informações recebidas da instituição que administra o procedimento, é provável que a sentença seja proferida até dezembro de 2021 ou janeiro de 2022, embora não se possa garantir que esse prazo não será ultrapassado”, fala a empresa.

No procedimento, instalado em 2019, a Dommo fala que a subsidiária da companhia malaia violou os termos de um acordo firmado em maio de 2013 para a aquisição de participação no campo de Tubarão Martelo, localizado na Bacia de Campos.

Na ocasião, a Petronas fechou um acordo com a OGX para comprar 40% de participação no campo, por R\$ 2,6 bilhões, mas desistiu seis meses depois, pelo fato de a antiga petroleira do empresário Eike Batista ter entrado em recuperação judicial.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/11/2021

PERSPECTIVAS POSITIVAS PARA SAFRA DE GRÃOS NO MATOPIBA

Se o clima continuar favorável como está neste início de período de semeadura, será a terceira temporada consecutiva de avanço

Por Fernando Lopes e Rikardy Tooge — De São Paulo

Mais recente grande fronteira agrícola a se consolidar no Brasil, o Matopiba se prepara, nesta safra 2021/22, para um novo aumento de sua produção de grãos. Se o clima continuar favorável como está neste início de período de semeadura, será a terceira temporada consecutiva de avanços na confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia depois dos problemas climáticos que afetaram a colheita em 2018/19, também estimulada pela ampliação de investimentos em infraestrutura e em tecnologias nos últimos anos.



Fazenda da BrasilAgro com silos fornecidos pela Kepler Weber em Correntina (BA): investimentos estão em alta na região — Foto: Divulgação

Segundo estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a área plantada total de grãos e fibras, puxada por soja, milho e algodão, chegará a 8,4 milhões de hectares neste ciclo, 2,6% mais que em 2020/21. A produção deverá avançar 3,8% na comparação, para 28,2 milhões de toneladas. Em relação aos totais nacionais, a área no Matopiba representará 11,8% e a colheita, 10,8%. A Bahia é a

locomotiva do agro na região, e em cada um dos quatro Estados da fronteira agrícola a produção de grãos deverá superar, mais uma vez, 5 milhões de toneladas.

Como em 2018/19 as perdas climáticas foram concentradas na Bahia e no Maranhão, é possível afirmar que há cinco temporadas o Matopiba não é vítima de problemas generalizados, embora o regime pluviométrico seja sempre um ponto de atenção. Mas neste ano as chuvas chegaram mais cedo, e os trabalhos de cultivo, com destaque para o milho verão, puderam ser antecipados em semanas e estão em curso desde o início de outubro.

“Mais de 20% da área estimada já foi plantada, quando o normal seria começarmos os trabalhos no início de novembro. E, como as chuvas vieram em bom volume, podemos dizer que as coisas estão mais fáceis neste ano”, diz Júlio Cezar Busato, conselheiro da Associação dos Irrigantes da Bahia (Aiba) que produz grãos no município de São Desidério - que tem um dos maiores valores



brutos da produção (“da porteira para dentro”) do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“De fato o clima começou bem, com chuvas acima do normal em todas as regiões do Estado, e o plantio dentro da janela ideal é bom para imaginarmos uma safrinha de milho maior nesta temporada”, acrescenta o presidente da Associação dos Produtores de Soja do Maranhão (Aprosoja-MA), Vilson Ambrozi, de Chapadinha. Em 2020/21, a colheita no Matopiba até poderia ter sido maior não fosse a escassez de chuvas no começo da semeadura, que atrasou os trabalhos com soja e acabou por prejudicar o milho safrinha cultivado na sequência.

Clima camarada

“Tivemos La Niña no ano passado e as chuvas chegaram muito tarde e atrasaram o plantio. O que antecipou as chuvas até agora foi o Oceano Atlântico mais quente, que permite às frentes frias avançarem com maior regularidade, diferentemente do que foi em 2020”, explica o agrometeorologista Marco Antônio dos Santos, da Rural Clima. E a tendência, segundo ele, é que o clima continue camarada nas próximas semanas.

“As condições climáticas no Matopiba têm se mostrado, em geral, favoráveis. As terras são adequadas, projetos de infraestrutura tornaram viável o avanço do escoamento da produção pelo Norte e os produtores estão investindo, com crédito rural convencional e novas alternativas de financiamento, em suas estruturas e em novas tecnologias”, diz Tadeu Vино, superintendente comercial e de marketing da Kepler Weber, uma das maiores empresas de equipamentos de armazenagem e movimentação de grãos do país.

Nesse movimento, afirma Vино, mesmo o déficit de armazenagem da região começa a ser combatido com mais vigor, embora continue maior do que o recomendável - são cerca de 13,5 milhões de toneladas de capacidade, menos da metade da colheita estimada para 2021/22. Segundo a Kepler Weber, quase dobrou o número total de obras para levantar novas unidades de beneficiamento e armazenagem de grãos no Matopiba no primeiro semestre: eram 16, ante nove em igual período de 2020. “Os produtores têm investido para agregar valor ao pós-colheita, o que pode ampliar os ganhos em até 15%”, calcula a companhia.

Um dos grandes clientes da Kepler Weber na região é a BrasilAgro, cujo foco está na aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. No Matopiba, também embalada pela valorização dos grãos e do açúcar, a receita bruta da companhia, que também tem cana, cresceu 67% de 2019/20 para 2020/21 e alcançou R\$ 520 milhões, e o horizonte continua positivo. “Na safra 2021/22, apesar do aumento de custos, as margens serão novamente positivas, iguais ou melhores que em 2020/21”, afirma André Guillaumon, CEO da BrasilAgro.

São crescentes, ainda, os investimentos na sustentabilidade da produção agrícola do Matopiba. Gigantes como a americana Cargill, maior empresa de agronegócios do mundo, ampliam o mapeamento de seus fornecedores diretos de grãos - no caso da múlti, 100% da área de atuação já está mapeada - e, paralelamente, assistência técnica, de gestão e financeira aos produtores rurais que desejam corrigir eventuais falhas e melhorar suas práticas.

Causa e consequência da expansão dessa fronteira que amadurece a cada ciclo, a logística de escoamento também apresenta números cada vez mais representativos. Um dos termômetros dessa tendência são os resultados que vêm sendo obtidos pela Corredor Logística e Infraestrutura (CLI), empresa controlada pela IG4 Capital, e uma das quatro participantes do Consórcio Tegram, responsável pelas operações de grãos no porto de Itaqui, no Maranhão.

Com novos clientes e ampliação de contratos, de fevereiro a agosto deste ano a movimentação de soja no lote 3 do Tegram, administrado pela CLI, superou 2,2 milhões de toneladas, ante 1,3 milhão em igual período de 2020. Com o milho escoado neste segundo semestre, o volume total tende a atingir ao menos 3 milhões de toneladas em 2021.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 03/11/2021

LUCRO DA MAERSK SOBE 487% NO 3º TRI COM FORTE ALTA NOS FRETES MARÍTIMOS

O conglomerado dinamarquês registrou lucro de US\$ 5,44 bilhões no período
Por Dow Jones Newswires — Estocolmo



— Foto: Andrey Rudakov/Bloomberg

O conglomerado dinamarquês A.P. Moeller-Maersk registrou lucro de US\$ 5,44 bilhões no terceiro trimestre, alta de 487% na comparação com os US\$ 927 milhões reportados no mesmo período do ano passado.

A receita da companhia cresceu 68% de julho a setembro, para US\$ 16,61 bilhões. Um levantamento da FactSet projetava lucro líquido de US\$ 5,24 bilhões e receita de US\$

16,34 bilhões.

A companhia afirmou que a atual alta demanda, altas taxas de frete e interrupções na cadeia de abastecimento continuarão pelo menos até o primeiro trimestre de 2022, confirmando a projeção para 2021 e aumentando seu programa de recompra de ações em US\$ 5 bilhões durante os anos de 2024 e 2025.

A Maersk também anunciou a aquisição da operadora logística Senator International para expandir sua oferta de frete aéreo em um negócio de US\$ 644 milhões. Em conjunto com a compra, a Maersk alugou três aviões de carga e encomendou duas novas aeronaves Boeing B777.

A gigante de transporte marítimo viu gargalos na cadeia de abastecimento, congestionamento portuário e aumento da demanda, enquanto a capacidade de contêineres permaneceu restrita, elevando as taxas de frete em 87% no trimestre em comparação com o ano passado, enquanto os volumes de transporte caíram 0,6% em meio à escassez de equipamentos e congestionamento dos portos.

A Maersk elevou a projeção para crescimento da demanda global de contêineres neste ano para um intervalo de 7% a 9%, contra uma expectativa anterior de 6% a 8%, e disse que sua unidade oceânica está crescendo abaixo desse nível devido ao congestionamento e interrupções na rede. A empresa ainda informou que espera lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) no primeiro trimestre de 2022 em linha com o quarto trimestre de 2021.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 03/11/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

LIMITAÇÕES NAS CADEIAS PRODUTIVAS DEVEM PERDURAR ATÉ 2022, DIZ BC

Autarquia prevê retomada econômica menos intensa e focada em serviços
Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil – Brasília



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) mantém a expectativa de retomada da atividade econômica no segundo semestre deste ano, ainda que menos intensa e mais concentrada no setor de serviços. A avaliação consta na ata da última reunião do Copom, divulgada hoje (3), e reflete o impacto das limitações na oferta de insumos em determinadas cadeias produtivas, que devem perdurar até o próximo ano.

De acordo com o comitê, os indicadores recentes da produção industrial e do comércio tiveram resultados negativos e abaixo do esperado. Por outro lado, o setor de serviços, que foi mais atingido pelas restrições da pandemia de covid-19, “continuam em trajetória de recuperação robusta”.

“Para 2022, se por um lado a elevação dos prêmios de risco e o aperto das condições financeiras atuam desestimulando a atividade econômica, por outro, o Copom avalia que o crescimento tende a ser beneficiado por três fatores: a continuação da recuperação do mercado de trabalho e do setor de serviços; o desempenho de setores menos ligados ao ciclo de negócios, como agropecuária e indústria extrativa; e os resquícios do processo de normalização da economia conforme a crise sanitária arrefece”, diz a ata.

Segundo o BC, no cenário internacional, o ambiente também tem se tornado menos favorável, refletindo a persistência da inflação. “O próximo ano deve ser caracterizado por menor crescimento, com a reversão dos impulsos fiscais e avanço nos processos de normalização da política monetária. Para as economias emergentes, essa combinação implica um cenário mais desafiador”, diz a ata.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de setembro, o Banco Central projetava crescimento de 4,7% para a economia em 2021. Já ao longo de 2022, espera-se um ritmo de crescimento menor do que no segundo semestre de 2021, resultando em crescimento anual de 2,1% no Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país). O próximo relatório será divulgado em dezembro.

O mercado projeta crescimento maior neste ano e menor em 2022. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 4,94% do PIB em 2021 e 1,2% no ano que vem.

Inflação em alta

A projeção está desacelerando por causa da persistência da inflação e da alta dos juros. De acordo com a ata do Copom, a inflação ao consumidor segue elevada e tem se mostrado mais persistente que o antecipado, com alta dos preços mais disseminada e abrangendo também componentes mais associados à inflação subjacente, que é o núcleo da inflação, que desconsidera distúrbios de choques temporários.

“A alta nos preços dos bens industriais ainda não arrefeceu e deve persistir no curto prazo, enquanto a inflação de serviços acelerou, refletindo a gradual normalização da atividade no setor, dinâmica que já era esperada. Além desses desenvolvimentos, desde a última reunião [do Copom] houve alta substancial dos preços internacionais de commodities energéticas, cujo impacto inflacionário é amplificado pela depreciação do real, sendo essa combinação o fator preponderante para a elevação das projeções de inflação do comitê tanto para 2021 quanto para 2022”, diz a ata.

Por isso, no encontro da semana passada, o Copom elevou a taxa básica de juros da economia, a Selic, de 6,25% ao ano para 7,75% ao ano e já sinalizou que deve fazer um aumento da mesma magnitude, de 1,5 ponto percentual, na próxima reunião, em dezembro, mantendo o ciclo de elevação da taxa de juros, em um aperto monetário “significativamente mais contracionista” do que o utilizado no cenário básico. Com isso, espera-se a convergência da inflação para as metas no horizonte relevante, que inclui os anos de 2022 e 2023.

Esse foi o maior aperto monetário em quase 20 anos. A última vez em que o Copom tinha elevado a Selic em mais de 1 ponto percentual tinha sido em dezembro de 2002. Na ocasião, a taxa tinha passado de 22% para 25% ao ano, com alta de 3 pontos.

Para decidir sobre a elevação, o comitê estabeleceu um cenário básico para a inflação, com as projeções em torno de 9,5% para 2021, 4,1% para 2022 e 3,1% para 2023. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 8,75% ao ano em 2021 e para 9,75% ao ano em 2022, terminando em 9,5% ao ano, e reduz- para 7% ao ano em 2023.

Com os dados, as projeções para a inflação de preços administrados, como combustível e energia, são de 17,1% para 2021, 5,2% para 2022 e 5,1% para 2023. O Copom adotou ainda uma hipótese de bandeira tarifária de energia elétrica em “escassez hídrica” em dezembro deste ano e em “vermelha - patamar 2” em dezembro de 2022 e 2023.

Esse foi o sexto reajuste consecutivo na taxa Selic. De julho de 2015 a outubro de 2016, a taxa permaneceu em 14,25% ao ano. Depois disso, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018. Em agosto de 2019, houve mais redução e, para combater os efeitos da pandemia, em agosto de 2020, chegou ao menor nível da história, em 2% ao ano. Em março deste ano, começou a subir novamente, quando avançou para 2,75% ao ano, chegando a esse patamar de 7,75% ao ano.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial. Isso porque juros maiores encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais altas dificultam a recuperação da economia.

Puxada pelo aumento dos preços de energia elétrica e combustíveis, em setembro, a inflação chegou a 1,16%, o maior para o mês de setembro desde 1994, quando foi de 1,53%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, o índice está em 10,25%, acima dos 9,68% registrados nos 12 meses anteriores. Este ano, a inflação já acumula alta de 6,9%.

O valor está acima do teto da meta de inflação. Para 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) tinha fixado meta de inflação de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 5,25% neste ano nem ficar abaixo de 2,25%. Para 2022 e 2023 as metas são 3,5% e 3,25%, respectivamente, com o mesmo intervalo de tolerância.

Riscos fiscais

No Relatório de Inflação, o BC estimava que, em 2021, a inflação fecharia o ano em 8,5% no cenário base. A projeção, no entanto, pode estar desatualizada com a possibilidade de que o teto de gastos seja alterado.

O cenário básico do Copom para a inflação também envolvem os riscos fiscais diante da decisão do governo de mudar o cálculo do teto de gastos. Na avaliação do órgão, os acontecimentos recentes elevaram o risco de a inflação subir mais que o previsto, justificando a alta dos juros.

“Apesar do desempenho mais positivo das contas públicas, o comitê avalia que recentes questionamentos em relação ao arcabouço fiscal elevaram o risco de desancoragem das expectativas de inflação, aumentando a assimetria altista no balanço de riscos. Isso implica maior probabilidade de trajetórias para inflação acima do projetado de acordo com o cenário básico”, diz a ata.

Para os membros do Copom, o processo de reformas e ajustes necessários é essencial para o crescimento sustentável da economia brasileira. “Esmorecimento no esforço de reformas estruturais e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia”, diz a ata.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 03/11/2021



PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS ESTÁ MADURO, DIZ ADVOGADO-GERAL

Segundo AGU, ele é oportuno, pertinente, correto e necessário
Por Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

O advogado-geral da União (AGU), Bruno Bianco, disse hoje (3) ter convicção de que o processo de desestatização dos Correios está “absolutamente maduro”. “Ele é oportuno, pertinente, correto e necessário, bom para o país, mas obviamente, precisamos demonstrar isso em juízo”, afirmou, ao participar do seminário virtual Serviço Postal e Correios: perspectivas setoriais e impactos econômicos, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O projeto de lei de privatização dos Correios já foi aprovado na Câmara dos Deputados e é analisado no Senado. Mas ele é contestado no Supremo Tribunal Federal (STF), onde tramitam três ações diretas de inconstitucionalidade (ADI).

Para Bianco, a ADI 6635, de relatoria da ministra Cármen Lúcia, é hoje a questão mais fundamental. Segundo o AGU, essa ação argumenta a impossibilidade de desestatização da empresa tendo em vista que ela prestaria um serviço público sujeito a regime de privilégio exclusivo por força da Constituição Federal que diz no artigo 21, inciso X, que compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.

Segundo Bianco, a tese da defesa do governo é que o dispositivo não impede que a União decida sobre a forma de prestação de serviço postal. “Esse vocábulo manter não diz claramente se eu tenho que manter por meio de uma empresa pública, mas sim que eu mantenha. A União mantém, mas ela pode manter por meio de permissão e concessão dos serviços públicos, não havendo, portanto, uma limitação para transferir o serviço postal a particulares”, argumentou.

O advogado-geral também destacou que o artigo 177 da Constituição Federal não elenca o serviço postal e o correio aéreo nacional como monopólios da União.

Caso a desestatização seja aprovada pelo Congresso Nacional, o ministro afirmou que o contrato de concessão será regulado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). “Hoje nós não temos uma regulamentação por meio de agência. Então a gente ganha em proteção, ganha em compliance e ganha a população também em todo esse processo já que traremos mais transparência, mais universalidade e garantia de prestação desse serviço”.

O presidente dos BNDES, Gustavo Montezano, afirmou que os Correios têm potencial de ser não somente uma empresa brasileira, mas também ter importância internacional. “Qualquer cidade do Brasil que hoje é servida pelos Correios continuará servida. Não há qualquer risco de desassistência. Não haverá aumento de preços de cartas, não haverá piora de serviços. Muito pelo contrário: os preços podem até melhorar, haverá melhora de serviços e a cobertura será mantida”, afirmou o executivo.

O estudo do modelo de desestatização dos Correios é feito pelo BNDES.

Edição: Valéria Aguiar
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 03/11/2021

PRESIDENTE DA FEBRABAN DEFENDE AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Instituições financeiras devem ajudar a autoridade monetária
Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil – Brasília

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, defendeu hoje (3) a autonomia do Banco Central, enquanto regulador bancário, na condução da política monetária, e convocou as instituições financeiras no desafio de ajudar a autoridade monetária a combater a inflação.

“Não há alternativa ao BC, senão reagir ao processo inflacionário que tem, além de fatores externos, [a influência de] fatores internos que a potencializam”, disse na apresentação da plataforma para ajudar as pessoas a melhor planejar suas finanças.

De acordo com Sidney, os efeitos da inflação são mais perceptíveis nas “classes menos favorecidas”.

“Temos de reconhecer que o BC sozinho não conseguirá vencer essa batalha. Há outros atores que influenciam os andamentos da economia”, alertou referindo-se aos recentes questionamentos em relação ao arcabouço fiscal. “[A questão dos] Precatórios e o Auxílio Brasil causaram sensação de que a política fiscal foi quebrada, mas confio que Guedes [ministro Paulo Guedes, da Economia] e equipe vão manter compromissos da política fiscal”.

Ele lembrou que o Risco Brasil cresceu cerca de 60% esse ano e que a Bolsa de Valores já tem o “pior desempenho na comparação com países avançados e emergentes”.

“Precisamos ser capazes para não deixar os agentes econômicos consolidarem o risco percebido de que a âncora fiscal pode ter sido abandonada”, argumentou ao lembrar que o país ainda sofre “efeitos severos da pandemia”, disse.

“A mensagem que deixamos é de que o espaço que precisa ser aberto para o Auxílio Brasil e para os precatórios não pode representar o fim do arcabouço fiscal. É preciso definir quais são os valores para o auxílio e para os precatórios, de forma a não serem excedidos. E precisamos reduzir o déficit primário de 2021”, concluiu.

Edição: Fernando Fraga

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 03/11/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SÃO LUÍS SERÁ SEDE DO FÓRUM LATINO-AMERICANO DE CIDADES PORTUÁRIAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03 Novembro 2021



Na sexta-feira, 29, em Santo Domingo, República Dominicana, a capital maranhense foi anunciada como próxima sede do evento que reúne as cidades portuárias da América Latina e Caribe. Duas razões pesaram para essa escolha. São Luís, assim como Santo Domingo, é tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, o que pesou na decisão, além de o Porto do Itaqui ser importante para o desenvolvimento da capital do Maranhão e de toda a região Centro-Norte do país.

O presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária, Ted Lago, participou do painel Estratégias, Ações comerciais e Interconectividade de cidades latino-americanas e Caribe, ao lado



do vice-presidente do Porto Rio Haina (Santo Domingo), Armando Rivas; e do diretor do Grupo Oceânica e cônsul honorário do Chile em Santa Catarina, Carlos Alberto de Oliveira.

Lago apresentou o Porto do Itaqui em um breve histórico desde os primórdios da atividade portuária na capital maranhense até a infraestrutura atual, com nove berços de atracação de navios e a condição de porto público mais profundo do Brasil. “Esse encontro foi fundamental para conectar cidades portuárias da América Latina e trouxe muitas reflexões sobre a histórica e econômica patrimônios da humanidade. O planejamento e desenvolvimento dessas cidades diz respeito às administrações locais e governos, mas como Autoridades Portuárias, com muitos desafios comuns, também devem se envolver na busca por soluções numa relação porto-cidade cada vez mais integrada”, afirmou.

Além do Fórum, a estadia na República Dominicana contemplou uma visita ao Porto Rio Haina o terminal multipropósito mais importante da República Dominicana, responsável por 60% das atividades comerciais do país, de acordo com Armando Rivas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/11/2021

CMA CGM VAI ADQUIRIR UM DOS MAIORES TERMINAIS PORTUÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03 Novembro 2021

A CMA CGM assinou um acordo para adquirir 90% de participação no terminal Fenix Marine Services (FMS) em Los Angeles, atualmente detido pela EQT Infrastructure III, com base em um valor empresarial de US\$ 2,3 bilhões. Atualmente com uma participação de 10% no terminal, a CMA CGM se tornará a única proprietária das instalações da FMS após o fechamento da transação.

O FMS é o terceiro maior terminal da área portuária de Los Angeles / Long Beach em termos de capacidade (cerca de 2,5 milhões de TEUs) e um dos maiores dos Estados Unidos. O terminal também se beneficia de um contrato de concessão de longo prazo (até 2043).

O terminal FMS tem uma localização estratégica em águas profundas e possui quatro berços, cada um com mais de 300 metros de comprimento e com calado de 15,2 metros. Conta com 16 guindastes, oito dos quais capazes de atender navios grandes, e um pátio de contêineres de 1,180 milhão de metros quadrados. Está equipado com 700 plugues reefer.

Como parte de seu plano, o Grupo irá acelerar o desenvolvimento da FMS com investimentos significativos nos próximos anos. O pátio de contêineres ganhará extensão para aumentar a capacidade do terminal, o que ocorrerá por fases. A capacidade ferroviária do terminal será ampliada, com a criação de uma das maiores infraestruturas ferroviárias dos Estados Unidos. Um novo cais será construído e o terminal ganhará investimento em digitalização.

No início de 2022, o terminal FMS receberá os primeiros navios CMA CGM movidos a gás natural liquefeito de 15.000 TEUs a serem implantados em rotas entre a Ásia e os Estados Unidos.

O fechamento da transação está sujeito à aprovação dos órgãos reguladores. O HSBC Continental Europe atuou como consultor financeiro e a Willkie Farr & Gallagher, como consultora jurídica.

O Grupo CMA CGM é um dos maiores transportadores de contêineres nas rotas transpácificas, operando 24 serviços.

Atualmente, a CMA CGM possui investimentos em 49 terminais portuários em 27 países, por meio de suas duas subsidiárias CMA Terminals e A joint venture Terminal Link.

Rodolphe Saadé, presidente e CEO do Grupo CMA CGM, disse: “A rápida recuperação da economia global demonstrou a importância dos portos e da infraestrutura logística. Para administrar com eficiência nossas operações portuárias na costa oeste dos Estados Unidos, decidimos adquirir a Fenix Marine Services, um dos maiores terminais do país e uma de suas portas de entrada mais estratégicas. É uma instalação industrial chave que fortalecerá significativamente nossa posição e apoiará nosso rápido crescimento neste mercado”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/11/2021

ARTIGO - GARANTIAS PARA O DESCOMISSIONAMENTO: AS SOLUÇÕES PROPOSTAS PELA ANP E OS DESAFIOS PARA O MERCADO

Por Fernanda Martinez Campos Cotecchia, Beatriz Rossi Mendonça Costa e Carolina do Rêgo Lopes Fonseca
OPINIÃO 03 Novembro 2021



O tratamento de campos maduros é um dos grandes desafios da indústria do petróleo e gás natural no Brasil atualmente, envolvendo decisões que perpassam pela gestão e aplicação de novos investimentos para maximização da extração de recursos, ampliando o fator de recuperação do campo, a cessão ou venda de direitos para outras operadoras ou o descomissionamento das instalações.

É essencial levar em consideração que as atividades de descomissionamento (ou abandono e desativação, como era antes conhecido) envolvem inerentes riscos econômicos e financeiros, na medida em que ocorrem, majoritariamente, ao final da vida produtiva do campo, quando os níveis de produção não são suficientes para sustentar os custos da operação. Assim, inúmeras são as incertezas em relação à disponibilidade de fundos para a sua efetivação, posto que tais atividades requerem vultuosos gastos.

Conseqüentemente, torna-se necessária a apresentação de garantias prévias ao início da fase de exploração e produção, evitando, assim, a incapacidade financeira para o cumprimento das obrigações contratuais relativas ao descomissionamento das áreas contratadas, de acordo com a legislação aplicável e minimizando os possíveis impactos e danos socioambientais decorrentes.

Cumprir destacar que os Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção celebrados com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) já previam, em sua maioria, a apresentação de garantias para desativação e abandono de campos. Contudo, no momento atual, o tema ganha especial relevância diante da proximidade do vencimento dos contratos de E&P da Rodada Zero, que não estabelecem a obrigação de apresentar tais garantias.

Torna-se fundamental a implementação de um regulamento claro e objetivo, assegurando previsibilidade no que tange ao momento de apresentação das garantias e segurança jurídica acerca dos critérios para a sua aceitação e execução pela ANP.

Neste contexto, entrou em vigor no dia 01 de novembro de 2021 a Resolução ANP nº 854, de 27 de setembro de 2021, publicada em 29 de setembro de 2021, como resultado dos estudos realizados por grupo de trabalho e dos diálogos com os diversos players da indústria. A Resolução regulamenta os procedimentos para apresentação de garantias que assegurem os recursos financeiros para o descomissionamento de instalações de produção em campos de petróleo e gás natural.



Entre as modalidades de garantias financeiras aceitas pela ANP, conforme determina a Resolução, estão: (i) a carta de crédito; (ii) o seguro garantia; (iii) o penhor de petróleo e gás natural; (iv) a garantia corporativa; e (v) o fundo de provisionamento.

As três primeiras modalidades já eram adotadas para assegurar o Programa Exploratório Mínimo (PEM), mas foram convertidas em garantias pecuniárias buscando liquidez para custeio das atividades de descomissionamento. Por sua vez, o fundo de provisionamento, o qual está previsto em alguns contratos, permite depósito em conta controlada aberta em instituição bancária autorizada a operar no país.

Um dos aspectos mais desafiadores é a definição do valor total a ser garantido para o descomissionamento das instalações, considerando-se que a estimativa deve ser fornecida no início do contrato e, quanto mais distante da efetiva realização de tais atividades, maior será a incerteza com relação ao valor estimado.

Por essa razão, estabeleceu-se a atualização anual do valor total garantido por meio do Modelo de Aporte Progressivo - MAP, principal inovação da Resolução, tendo como base os valores de reserva e o custo total do descomissionamento. Na posição de um dos principais pilares deste regulamento, o MAP dilui os custos de descomissionamento ao longo da vida útil do contrato, de forma que os depósitos são aumentados exponencialmente na medida em que o final do contrato se aproxima. Por outro lado, tendo em vista que o MAP permite o acompanhamento de novas tecnologias e metodologias na condução das atividades de descomissionamento, espera-se que o seu emprego provoque uma redução de custos para tal finalidade de forma segura e assertiva, aumentando a capacidade de investimento e, conseqüentemente, a capacidade de vida útil do campo.

Insta ressaltar que a apresentação das garantias não desobriga o concessionário de realizar, por sua conta e risco, todas as atividades necessárias para a desativação do campo. Todavia, a norma não prevê a possibilidade de acesso aos recursos financeiros garantidos previamente à condução de tais atividades, uma vez que a devolução das garantias apenas ocorrerá após a aprovação do Relatório Final de Descomissionamento de Instalações.

Logo, o resgate da garantia é um aspecto controverso especialmente quando a mesma é constituída na forma de fundo de provisionamento, visto que a empresa será duplamente onerada ao retirar de seu próprio caixa os valores para custeio das atividades de descomissionamento, mesmo após ter depositado os valores necessários para tanto. Embora seja prevista a possibilidade de saque, liberação ou transferência do fundo, é incerto se o início das atividades de descomissionamento seria suficiente para condicionar o resgate.

Outro ponto de controvérsia é a imposição da ANP como única beneficiária da garantia financeira, impedindo múltiplos beneficiários, o que pode gerar onerosidade excessiva para as contratadas, em virtude da duplicidade de garantias em especial quando as contratadas forem consorciadas.

Por sua vez, a norma inova ao permitir a apresentação da garantia corporativa, através da qual uma empresa do mesmo grupo econômico da contratada garante o custeio das atividades de descomissionamento por ela assumidas com base em sua capacidade de solvência financeira.

Além disso, a ANP pode admitir que a própria contratada assegure os recursos financeiros para o cumprimento da obrigação de descomissionamento, mediante assinatura de termo com atributo de título executivo extrajudicial, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução. Embora o termo seja trazido como uma alternativa às garantias financeiras, a norma prevê restrições substanciais que podem impedir o cumprimento por pequenos e médias operadoras, como limitação do patrimônio líquido, exigência de rating de crédito e balizamento por meio de reservas do campo.

Importante destacar que o tratamento que será dado em caso de cessão contratual também foi tratado pela Resolução, visto que o concessionário ou contratado tem assegurado o direito de ceder total ou parcialmente os direitos provenientes dos contratos de concessão e partilha de produção. A aprovação da garantia apresentada pela cessionária será condicionante à assinatura do termo aditivo da cessão, devendo ser mantidas até o início de vigência deste instrumento. Somente após esta data a ANP iniciará o processo de devolução das garantias fornecidas pela cedente, encerrando as suas obrigações relativas às garantias para o descomissionamento.

Portanto, a Resolução tem a finalidade de atribuir maior segurança à União e às contratadas, bem como resguardar o meio ambiente de eventuais danos decorrentes do descomissionamento. Diante do expressivo número de campos maduros no país, o Brasil tem grande potencial para desenvolver este novo mercado e se tornar um dos maiores líderes do mundo em volume de investimentos em descomissionamento. De acordo com as previsões da ANP, espera-se que até 2025 o investimento total em descomissionamento chegue a R\$ 28 bilhões.

Neste cenário, as discussões e iniciativas com o intuito de aprimorar a regulação sobre o assunto

são de fundamental importância para que o tema se consolide, esclarecendo e suprimindo as lacunas existentes e garantindo maior segurança jurídica para que o país se torne cada vez mais um ambiente favorável e estável para receber os investimentos esperados.



Fernanda Martinez Campos Cotecchia Beatriz Rossi Mendonça Costa Carolina do Rêgo Lopes Fonseca

Autoras *Fernanda Martinez Campos*

Cotecchia, Beatriz Rossi Mendonça Costa e Carolina do Rêgo Lopes Fonseca são advogadas do Kincaid Mendes Vianna advogados

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/11/2021

A.P. MOLLER - MAERSK FORTALECE OFERTA GLOBAL DE FRETE AÉREO

Da Redação NAVEGAÇÃO 02 Novembro 2021

A Maersk anunciou nesta terça-feira (2) a aquisição da Senator International, empresa alemã global de agenciamento de carga com forte oferta de frete aéreo. Para expandir sua própria rede aérea, a armadora dinamarquesa está adicionando aeronaves às suas operações: três aviões de carga alugados que entrarão em operação em 2022 e duas aeronaves Boeing em construção a serem lançadas até 2024.

“Como fornecedora global de logística integrada, a Maersk está aprimorando a capacidade de fornecer recursos logísticos completos e completos para nossos clientes. Fortalecemos nossa oferta de logística integrada por meio de aquisições de logística de comércio eletrônico, investimentos em tecnologia, expansão de nossa pegada de armazém e, como uma próxima etapa natural, agora estamos aumentando nossa capacidade de frete aéreo significativamente e criando uma rede mais ampla para atender ainda melhor aos necessidades dos clientes”, diz Vincent Clerc, vice-presidente executivo e CEO da Ocean & Logistics, da Maersk.

O valor empresarial da transação 16 é de aproximadamente US\$ 644 milhões, que com base no EBITDA ajustado pro forma de 2021 corresponde a um múltiplo de oito vezes. A transação está sujeita às condições de fechamento, incluindo aprovações regulatórias, e deve ser concluída no primeiro semestre de 2022.

A ambição da Maersk é ter aproximadamente um terço de sua tonelage aérea anual transportada dentro de sua própria rede. A pretensão é combinar aeronaves próprias e arrendadas, replicando a estrutura que a empresa possui dentro de sua frota oceânica. A

capacidade restante será fornecida por transportadoras comerciais estratégicas e operadores de voos charter.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/11/2021

WÄRTSILÄ E SIMON MØKSTER SHIPPING VÃO ESTUDAR A VIABILIDADE DAS OPERAÇÕES DE AMÔNIA E GNL BICOMBUSTÍVEL

Da Redação OFFSHORE 02 Novembro 2021



A Wärtsilä e a Simon Møkster Shipping, com sede na Noruega, assinaram um acordo de colaboração para realizar um estudo de viabilidade sobre a utilização de amônia como principal combustível em motores bicompostíveis, onde o GNL é o combustível alternativo. O objetivo é demonstrar a viabilidade da conversão de embarcações para operação com amônia-GNL, com segurança e eficiência. O acordo foi assinado em outubro.

“Estamos entusiasmados em nos juntar à Wärtsilä neste projeto. Vemos isso como um passo em direção ao cumprimento de nossas metas de redução das emissões de gases de efeito estufa. Nossa ambição é reduzir as emissões de CO2 da nossa frota em 40% até 2030. Em 2050, esperamos atingir as emissões líquidas de carbono zero”, afirma Anne Jorunn Møkster, Proprietário e CEO da Simon Møkster.

“A descarbonização é fundamental para o futuro do transporte marítimo e a Wärtsilä está totalmente comprometida em ajudar nossos clientes a atingir esse objetivo. Este acordo de colaboração representa mais uma prova deste compromisso. Estamos liderando o caminho para a adoção de futuros combustíveis navais mais limpos alternativos por meio de extensos testes e pesquisas, e vemos a amônia como uma opção extremamente promissora”, disse Cato Esperø, chefe de vendas da Wärtsilä na Noruega.

Os testes serão realizados no ‘Stril Pioneer’, um navio de abastecimento offshore (OSV) atualmente operando com motores Wärtsilä 32DF bicompostível usando GNL como combustível primário. Simon Møkster foi um dos pioneiros no uso de GNL como combustível marítimo, adicionando o ‘Stril Pioneer’ à sua frota em 2003. Ao usar amônia e GNL, as emissões de CO2 do processo de combustão serão consideravelmente reduzidas.

A Simon Møkster Shipping AS uma empresa de apoio offshore e opera embarcações modernas, com especificações de alta qualidade, projetadas para operações em condições climáticas adversas. A sede da empresa está localizada em Stavanger, Noruega, e a principal área operacional são o Mar do Norte e o Mar de Barents.

A empresa possui uma frota de 17 navios e aproximadamente 500 funcionários onshore e offshore.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 03/11/2021

NOVO PL PROPÕE EXTENSÃO DO REPORTO ATÉ 2030

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02 Novembro 2021

A deputada federal Rosana Valle (PSB) apresentou projeto de lei que altera o Artigo 16 da Lei 11.033/2014, estendendo os benefícios do Reporto às empresas de dragagem, aos recintos alfandegados de zona secundária, aos recintos especiais para despacho aduaneiro de



exportação, aos terminais de armazenagem e reparo de contêineres vazios e aos centros de formação profissional e treinamento. O PL recebeu o número 3412.



O Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, chamado de Reporto, foi instituído em 21 de dezembro de 2004 pelo Governo Federal, por meio da Lei 11.033. Mas expira em 31 de dezembro deste ano.

Agora, a manutenção do Reporto depende da aprovação dos PLs 4885/2016; 3.412/2019 e 5.430/2019, na forma do substitutivo, que já recebeu parecer favorável para aprovação da Câmara Federal.

Com o Reporto, é possível importar com isenção de impostos máquinas e equipamentos portuários, peças de reposição e outros bens sem similares nacionais. A deputada pede que o benefício, essencial para os portos brasileiros, seja estendido até 31 de dezembro de 2030.

Graças ao Reporto, o setor portuário foi responsável por investimentos de R\$ 42,7 bilhões apenas nos últimos seis anos. No mesmo período, ocorreram 25 leilões para arrendamentos portuários com mais investimentos, da ordem de R\$ 3,87 bilhões.

Estão previstos mais R\$ 30 bilhões de aportes, sendo R\$ 7 bilhões em 42 novos anúncios públicos para os Terminais de Uso Privativo e mais R\$ 23 bilhões para 17 novos arrendamentos.

O Reporto incentivou ainda investimentos de R\$ 60 bilhões no setor ferroviário, entre os anos de 2008 e 2019, que movimentou fábricas de vagões de carga em Minas Gerais e São Paulo, além de obras de infraestrutura, setores responsáveis por 818 mil postos diretos de trabalho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/11/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006